



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 04/03/2021 a 05/03/2021



Índice**SENAC | RN**

SENAC

Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras

Notícias – 04/03/2021

5

Tribuna de Notícias | RN

SENAC

Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras

Notícias – 04/03/2021

6

Blog da Juliska | RN

SENAC RN

Senac confirma mudança das aulas presenciais para o ambiente virtual em todas as unidades

Notícias – 04/03/2021

7

Potiguar Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / LUIZ ANTÔNIO LACERDA

Prefeito de Macaíba se reúne com presidente da Fiern para debater o município

Notícias – 04/03/2021

8

Tribuna do Norte | RN**Consumidor pode cancelar cursos e academias por causa do Coronavírus**

Notícias - 04/03/2021

9

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

O "Documento do Turismo"

Notícias - 05/03/2021

10

Tribuna do Norte | RN**Em 2020, atividade econômica recua 2,1% no Nordeste, diz Branco Central**

Notícias - 05/03/2021

13

Estadão | DF**PEC emergencial aprovada pelo Senado protege recursos para Forças Armadas**

Notícias - 05/03/2021

15

Estadão | DF**Nova temporada de ofertas na B3 será aberta por Dasa**

Notícias - 05/03/2021

16

Estadão | DF**Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio**

Notícias - 05/03/2021

17

Estadão | DF**Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC**

Notícias - 05/03/2021

18

Estadão | DF**Com restrições, lojistas de shopping fala em demissões e tenta renegociar aluguel**

Notícias - 05/03/2021

19

Estadão | DF

Caoa amplia produção e anuncia 2º turno

Notícias - 05/03/2021

20

Folha de São Paulo | DF

Brasileiros tiram R\$ 5,8 bi da poupança em fevereiro, diz BC

Notícias - 05/03/2021

21

Folha de São Paulo | DF

Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio

Notícias - 05/03/2021

22

Folha de São Paulo | SP

Fabricante de hidroxicloroquina, Apsen recebeu R\$ 20 mi do BNDES

Notícias - 05/03/2021

23

Folha de São Paulo | RJ

Diesel sobe na bomba após isenção de tributo

Notícias - 05/03/2021

24

Folha de São Paulo | SP

Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment

Notícias - 05/03/2021

25

Folha de São Paulo | DF

Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia

Notícias - 05/03/2021

26

O Globo | DF

PEC pode por em risco dedução de gastos no IR

Notícias - 05/03/2021

27

O Globo | SP

PEC leva otimismo ao mercado, e Bolsa sobe 1,35%

Notícias - 05/03/2021

28

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Tribuna do Norte que destaca o recuo da atividade econômica do Nordeste em 2020. De acordo com o Boletim Regional publicado pelo Banco Central, nesta quinta-feira (4), o Índice da Atividade Econômica Regional teve baixa de 2,1% em 2020 na região Nordeste. O Banco Central aponta que o menor ritmo da atividade na região, apesar do desempenho agrícola positivo, decorreu sobretudo das adversidades dos serviços de maior interação entre as pessoas. A queda também está relacionada com as desigualdades dos efeitos da pandemia sobre os setores da economia, o alcance das medidas governamentais e as especificidades das estruturas produtivas no País. Saiba mais na página 13 do clipping.

O Senado concluiu, na manhã desta quinta-feira (4), a votação da PEC Emergencial que destrava uma nova rodada do auxílio emergencial, mas estabelece um teto de R\$ 44 bilhões para o pagamento do benefício. A matéria do jornal Folha de São Paulo, na página 22 do clipping, destaca que a proposta aprovada apresenta gatilhos planejados pela equipe econômica, para serem acionados em caso de aperto fiscal da União, estados e municípios. O Estadão, na página 18 do clipping, aponta que a aprovação da PEC afastou uma crise de confiança na equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), mas as principais medidas de controle das despesas que ficaram no texto viraram muito mais uma promessa de ajuste fiscal para o futuro.

Segundo matéria do jornal O Globo, a aprovação da PEC Emergencial levou otimismo ao mercado financeiro. Mesmo representando um 'avanço tímido', analistas consideram positiva a definição de um limite para os gastos com o auxílio emergencial. O Ibovespa chegou a subir mais de 2% e fechou com alta de 1,35%, aos 112,690 pontos. Saiba mais na página 28 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo aponta que o presidente Jair Bolsonaro está fazendo o Brasil reviver o insólito cenário de forte aceleração da inflação com queda da atividade econômica. A combinação, conhecida como "estagflação", quando estagnação econômica, ou recessão, convive com preços em alta, foi a principal marca dos meses que precederam o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a partir de maio de 2016. Sob Bolsonaro, apesar de a economia ter encolhido 4,1% no ano passado e caminhar para uma possível estagnação neste primeiro semestre, a inflação deve atingir 7% em meados de maio. Confira detalhes e a visão de especialistas na página 25 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Senac RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/03/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras **Impacto:** Positivo
Link: https://rn.senac.br/noticias/Senac_lanca_formacao_profissional_em_TI_e_Aplicacoes_Financeiras

04/03/2021 - SENAC LANÇA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TI E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em parceria com a CVM e o Meu Futuro Digital, projeto atende demanda do empresariado e será lançado nacionalmente amanhã (05), pelo YouTube.

Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para uma taxa de desemprego cada vez maior entre jovens brasileiros. Enquanto isso, estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação mostram que a área de Tecnologia terá mais de 450 mil vagas não preenchidas até 2024.

Mas como aumentar a empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade social e suprir as demandas do mercado por profissionais qualificados em TI, especialmente na área de finanças?

Preocupado com esse cenário, o Senac, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Meu Futuro Digital (ecossistema de empresas e entidades que têm a intenção estratégica de acelerar a inclusão de jovens e profissionais no mercado), lança o Programe Seu Futuro, projeto para formar profissionais com habilidades técnicas em programação e desenvolvimento de sistemas com aplicações em finanças por meio do Programa de Aprendizagem do Senac.

Voltado para empresários do setor financeiro que buscam mão de obra qualificada, o webinar de lançamento do Programe Seu futuro será realizado no dia 5 de março, às 17 horas. Serão debatidos temas como o hiato entre a formação das escolas e as práticas nas empresas e a inovação pedagógica com a implementação de projetos integrados focados nas necessidades do mercado de trabalho.

Participam do debate Anna Beatriz Waehneltdt, diretora de Educação Profissional do Senac; José Alexandre Cavalcanti Vasco, Superintendente da CVM; e Rubem Daniel Duek, CEO do Meu Futuro Digital.

Para participar, acesse o canal do Senac Brasil no Youtube: www.youtube.com/SenacNacional

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/03/21

Título: Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/senac-lanca-formacao-profissional-em-ti.html>

SENAC LANÇA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TI E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

04 março



Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para uma taxa de desemprego cada vez maior entre jovens brasileiros. Enquanto isso, estimativas da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação mostram que a área de Tecnologia terá mais de 450 mil vagas não preenchidas até 2024.

Mas como aumentar a empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade social e suprir as demandas do mercado por profissionais qualificados em TI, especialmente na área de finanças?

Preocupado com esse cenário, o Senac, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Meu Futuro Digital (ecossistema de empresas e entidades que têm a intenção estratégica de acelerar a inclusão de jovens e profissionais no mercado), lança o Programe Seu Futuro, projeto para formar profissionais com habilidades técnicas em programação e desenvolvimento de sistemas com aplicações em finanças por meio do Programa de Aprendizagem do Senac.

Voltado para empresários do setor financeiro que buscam mão de obra qualificada, o webinar de lançamento do Programe Seu futuro será realizado no dia 5 de março, às 17 horas. Serão debatidos temas como o hiato entre a formação das escolas e as práticas nas empresas e a inovação pedagógica com a implementação de projetos integrados focados nas necessidades do mercado de trabalho.

Participam do debate Anna Beatriz Waehneltd, diretora de Educação Profissional do Senac; José Alexandre Cavalcanti Vasco, Superintendente da CVM; e Rubem Daniel Duek, CEO do Meu Futuro Digital.

Para participar, acesse o canal do Senac Brasil no Youtube: www.youtube.com/SenacNacional

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 04/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Senac confirma mudança das aulas presenciais para o ambiente virtual em todas as unidades **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/senac-confirma-mudanca-das-aulas-presenciais-pa-ra-o-ambiente-virtual-em-todas-as-unidades>



Senac confirma mudança das aulas presenciais para o ambiente virtual em todas as unidades

Em virtude do novo cenário de pandemia provocado pelo Coronavírus (Covid-19) no Rio Grande do Norte e seguindo as recomendações do decreto estadual (nº 30.383/2021), o **Senac RN** comunica que, a partir desta segunda-feira (01/03), as aulas presenciais em todas as unidades estão sendo transferidas para o ambiente virtual, até o dia 10 de março de 2021.

Para dar continuidade aos estudos dos alunos e assegurar o calendário pedagógico, as aulas serão ministradas, durante esse período, por meio da Sala de Aula Virtual do **Senac RN**, através da plataforma Microsoft Teams. Todos os alunos estão sendo cadastrados dentro das suas turmas, nos mesmos dias e horários das aulas presenciais, com seu instrutor e pedagogo que fará o acompanhamento. Será enviado também, via e-mail, todos os detalhes de acesso a plataforma virtual.

Desde abril do ano passado, a Instituição desenvolveu a sala virtual, com aulas on-line e ao vivo, para cerca de 5 mil alunos que puderam dar continuidade aos seus estudos.

Pela natureza de alguns cursos que são desenvolvidos com 100% de prática – como por exemplo os das áreas de Beleza e Gastronomia – nesse primeiro momento, não poderão ser adaptadas para o ambiente virtual. Diante disso, a entidade está elaborando conteúdos didáticos para esses alunos que não serão contemplados na Sala Virtual. As formas de reposição de aulas e conteúdos serão discutidas pelas equipes pedagógicas e comunicadas posteriormente aos alunos e/ou responsáveis.

Para os alunos que iniciaram suas aulas no ambiente on-line, elas seguem normalmente sem nenhuma alteração. Para as turmas com início entre 01 e 09/03, o início das aulas foram adiadas. Retornando às aulas presenciais, os alunos serão comunicados com antecedência.

O Atendimento Virtual permanece disponível através do site rn.senac.br e do canal de telefone e whatsapp 4005-1000.

Acesse aqui o [Manual do Aluno](#) para acesso a Sala de Aula Virtual.

Confira [aqui](#) o status da sua turma.

Veículo: Potiguar Notícias - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/03/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Prefeito de Macaíba se reúne com presidente da Fiern para debater o município **Impacto:** Positivo
Link: <https://potiguarnoticias.com.br/noticias/47861/prefeito-de-macaiba-se-reune-com-presidente-da-fiern-para-debater-o-municipio>

Prefeito de Macaíba se reúne com presidente da Fiern para debater o município

04/03/2021



O prefeito de Macaíba Emidio Júnior esteve reunido com Amaro Sales, presidente da Fiern nesta quarta-feira (03), para discutir o desenvolvimento de Macaíba, a partir de parcerias com a Federação. A reunião aconteceu na sede da instituição, em Natal.

Amaro destacou os potenciais de Macaíba, os pontos fortes na busca por um crescimento econômico, "e deixou as portas abertas para fortalecer nossas parcerias, na ZPE, na oferta de cursos profissionalizantes entre outras iniciativas", disse Emidio..

O secretário Auri Simplicio e Luiz Antônio Lacerda, vice-presidente da Fecomércio-RN, acompanharam o prefeito no encontro. "Agradeço pela oportunidade e tenham certeza que vamos fortalecer ainda mais Macaíba com essa ação", disse.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 04/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Consumidor pode cancelar cursos e academias por causa do Coronavírus **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/consumidor-pode-cancelar-cursos-e-academias-por-causa-do-coronava-rus/504296>

Consumidor pode cancelar cursos e academias por causa do Coronavírus?

Publicação: 2021-03-04 14:59:02

A crise criada pela segunda onda da pandemia do Coronavírus está impactando e muito a vida das pessoas, tanto na saúde quanto no bolso. Nessa busca para adequar a vida a uma nova realidade, existem os que querem cancelar a academia, curso de idiomas, aula de música, escolinhas de prática de esportes, entre outros serviços. Contudo, fica a dúvida sobre a possibilidade desse cancelamento e se pode haver cobrança de multa.



Créditos: Aídeir Dantes/Arquivo T

Segundo Afonso Moraes, sócio da Moraes Advogados, vivemos uma situação excepcional, assim sendo, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor possuem previsões legais para o cancelamento de cursos por motivo de força maior e um deles seria a pandemia causada pelo coronavírus.

"A Lei Consumerista prevê em seu artigo 6º que é direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra qualquer tipo de risco provocado pela compra de um produto ou prestação serviços. A situação de momento é que foi decretado o estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, bem como proibições dos vários órgãos governamentais para não haver aglomerações públicas, reuniões, shows, convenções, jogos etc. Isso por si só já justifica o cancelamento", avalia o advogado.

Há também os casos de planos maiores, que devem continuar a ser pagos, mas mesmo nessas situações existe o entendimento legal para que a prestação de serviços seja suspensa, com o consequente congelamento dos pagamentos mensais, até que esses serviços voltem a ser restabelecidos.

"A empresa prestadora de serviços pode até acionar o consumidor para receber os valores contratualmente estabelecidos e tentar a sua negativação, mas o consumidor terá instrumentos de proteção para cancelar os pagamentos sem ficar negativado. É aconselhável ao consumidor que, antes mesmo do vencimento das mensalidades, cancele ou suspenda o contrato de prestação de serviços e negocie previamente com o fornecedor", avalia Afonso Moraes.

Para escolas em geral, ponto importante é que em caso de cancelamento das aulas, as empresas não podem cobrar mensalidade normalmente. A paralisação dos serviços deve vir com o congelamento das mensalidades, já que não é possível prever o prazo da paralisação dos serviços ou reposição de aulas, como acontece nas escolas particulares de ensino regular.

Algumas empresas estão mudando seu modelo, quando possível, para aulas virtuais. Nesses casos, se conseguirem prestar os seus serviços de forma online, sem prejuízo ao consumidor, a cobrança pode ser feita normalmente.

Lembrando que, no caso de as pessoas cancelarem o pagamento ou mesmo que as empresas suspendam os serviços e cancelem as cobranças de mensalidades, essas podem cobrar novamente matrícula dos alunos.

"Não existe prévia legal para esse tema, cada empresa age da forma comercial que julga ser melhor para o seu negócio. Algumas não cobram porque consideram que não são alunos novos, somente ocorreu uma paralisação temporária da prestação por motivo de força maior. Já outras entenderam que o contrato foi cancelado e na volta do aluno será um novo contrato, portanto cobrarão uma nova matrícula", finaliza o sócio da Moraes Advogados.

Como fazer?

Muito embora o assunto se mostre novo para todos, a melhor forma de resolver situações como essa é a negociação direta entre o consumidor e o prestador de serviços, buscando alternativas que permitam desde a continuidade dos trabalhos ou até o cancelamento amigável do contrato estabelecido.

Ponto relevante é que o mundo atravessa por um momento muito turbulento, onde muitas empresas estarão desesperadas por faturamento, intensificando a concorrência e estabelecendo um novo nivelamento de preços. O cenário é favorável para o consumidor, mas é o momento de ter sebedoria, tomando cuidado com falsas promessas. É importante adquirir um serviço de qualidade, mas também preços e regras compatíveis.

Ao contratar muitos dos serviços é preciso um novo alinhamento entre o consumidor e o prestador, buscando uma relação equilibrada para não deteriorar a qualidade do serviço, ou seja, o consumidor deve ficar atento para não se enganar na comparação entre um serviço de qualidade por um sem qualidade, que só será descoberto com o tempo.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: O "Documento do Turismo" **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-documento-do-turismo/504329>

O "Documento do Turismo"

Publicação: 2021-03-05 00:00:00

Antonio Roberto Rocha

antonioroberto@tribunadonorte.com.br

A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram nesta semana, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias.

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Bancada federal Ainda segundo ele, "também vamos buscar, junto a nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma linha com foco específico neste setor. Vamos pedir até mesmo a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos juntos",

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que irão circular nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

Signatários O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio. É uma tentativa de evitar prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: O "Documento do Turismo"

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-documento-do-turismo/504329>

Mais cursos online de biossegurança

Estão abertas até domingo novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo **Senac RN**. Foram disponibilizadas 150 vagas. O curso, oferecido gratuitamente, é uma parceria entre Secretaria do Turismo do Estado e Emprotur com o **Sistema Fecomércio**, por meio do **Senac**, Sebrae e entidades do trade turístico do RN.

Essa capacitação sobre protocolos sanitários é um pré-requisito na obtenção do selo estadual Turismo+Protegido por prestadores e profissionais do turismo. O estabelecimento precisa ter capacitado pelo menos um colaborador de cada segmento.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo.

Setor de eventos obtém isenções

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira o Projeto de Lei 5638/20, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto aprovado é um substitutivo da relatora, deputada Renata Abreu (Pode-SP). A matéria será enviada ao Senado.

De autoria do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), ex-secretário de Turismo de Pernambuco, e de outros sete deputados, o projeto prevê o parcelamento de débitos de empresas do setor de eventos com o Fisco federal, além de outras medidas para compensar a perda de receita em razão da pandemia de Covid-19.

Vantagens Haverá ainda alíquota zero do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses e a extensão, até 31 de dezembro de 2021, do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para as empresas do setor.

As ações beneficiarão as empresas de hotelaria em geral; cinemas; casas de eventos; casas noturnas; casas de espetáculos; e empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral e eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais. Também estão contempladas as entidades sem fins lucrativos.

Turismo de proximidade em alta

Visitar lugares incríveis perto de casa, sem precisar percorrer longas distâncias de avião ou ônibus, se tornou uma opção bem-vinda em meio a uma pandemia que já se estende há um ano em todo o mundo. Na Civitatis, empresa especializada em atividades e passeios turísticos pelo mundo, a compra de passeios nacionais por viajantes brasileiros aumentou 120% ao longo de 2020, e continua em alta neste ano.

A companhia, com sede na Espanha e que atua em 135 países, aposta no potencial do turismo de proximidade para 2021, uma tendência que se acelerou em todo o mundo após a pandemia. Passeios ao ar livre ou tours privados, para grupos da mesma família, estão entre as atividades mais procuradas no último ano. Destinos que ficam a poucos quilômetros das capitais foram muito procurados até fevereiro passado.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3
Título: O "Documento do Turismo"
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-documento-do-turismo/504329>



O "Documento do Turismo"

A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram nesta semana, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias.

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40%

das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Bancada federal Ainda segundo ele, "também vamos buscar, junto a nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma linha com foco específico neste setor. Vamos pedir até mesmo a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos juntos".

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que irão circular nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

Signatários O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio. É uma tentativa de evitar prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e indiretos.

Mais cursos online de biossegurança

Estão abertas até domingo novas vagas para os cursos online de biossegurança, ofertados pelo Senac RN. Foram disponibilizadas 130 vagas. O curso, oferecido gratuitamente, é uma parceria entre Secretariado do Turismo do Estado e Empratur como Sistema Fecomércio, por meio do Senac, Sebrae e entidades do trade turístico do RN.

Essa capacitação sobre protocolos sanitários é um pré-requisito na obtenção do selo estadual Turismo + Proteção por prestadores e profissionais do turismo. O estabelecimento precisa ter capacitado pelo menos um colaborador de cada segmento.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo.

A adesão ao selo, gratuita e voluntária, possibilita a participação em outros programas, como o Turismo Cidadão, que em parceria com a Nota Potiguar oferece vouchers para os usuários do aplicativo.

Setor de eventos obtém isenções

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira o Projeto de Lei 5638/20, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Pease). O texto aprovado é um substitutivo da relatora, deputada Renata Abreu (Podé-SP). A matéria será enviada ao Senado.

Deputada do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), ex-secretário de Turismo de Pernambuco, e de outros sete deputados, o projeto prevê o parcelamento de débitos de empresas do setor de eventos com o Fisco federal, além de outras medidas para compensar a perda de receita em razão da pandemia de Covid-19.

Vantagens Haverá ainda alíquota zero do PIS/Pasep, do Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses ou extensão, até 31 de dezembro de 2021, do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para as empresas do setor.

As ações beneficiarão as empresas de hotelaria em geral; cinemas; casas de eventos; casas noturnas; casas de espetáculos; e empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral e eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais. Também estão contempladas as entidades sem fins lucrativos.

Turismo de proximidade em alta

Visitar lugares incríveis perto de casa, sem precisar percorrer longas distâncias de avião ou ônibus, se tornou uma opção bem-vinda em meio a uma pandemia que já se estende há um ano em todo o mundo. Na Califórnia, empresas especializadas em atividades passeios turísticos pelo mundo, a compra de passagens nacionais por viajantes brasileiros aumentou 120% ao longo de 2020, e continua em alta neste ano.

Acompanha, com sede na Espanha e que atua em 135 países, aposta no potencial do turismo de proximidade para 2021, uma tendência que se acelerou em todo o mundo após a pandemia. Passagens de avião ou tours privados, por exemplo, com famílias, estão entre as atividades mais procuradas no momento. Destinos que ficam a poucos quilômetros das capitais foram muito procurados até fevereiro passado.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Em 2020, atividade econômica recua 2,1% no Nordeste, diz Banco Central **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-2020-atividade-economica-recua-2-1-no-nordeste-diz-banco-central/504324>

Em 2020, atividade econômica recua 2,1% no Nordeste, diz Banco Central

Publicação: 2021-03-05 09:00:00

Brasília (AE) - O Índice de Atividade Econômica Regional, em 2020, recuou 2,1% na região Nordeste, de acordo com box do Boletim Regional publicado pelo Banco Central, nesta quinta-feira (4). O documento mostra que a desigualdade dos efeitos da pandemia sobre os setores da economia, o alcance das medidas governamentais e as especificidades das estruturas produtivas no País levaram a resultados regionais distintos no ano passado. "Ainda que o processo econômico tenha caracterizado todas as regiões, os resultados de 2020 do IBCR divergiram - Norte e Centro-Oeste registraram desempenho positivo e as demais regiões, contração da atividade", destacou o BC.

Créditos: fernanda luz



Com pandemia, adversidades impactaram o mercado de trabalho e reduziram vendas no comércio

saiba mais

- "Se não tiver vacinação, a economia não se recupera", afirma ex-presidente do BB, Afonso Celso Pastore
- Presidente do Banco Mundial vê riscos de insolvência no setor privado

No Nordeste, o BC analisou desempenho entre 2019 e 2020 dos estados do Ceará (-2,8%), Pernambuco (estável) e Bahia (-3,2%). Em 2019, os dois primeiros estados tinham registrado avanço de 2,4% e 1,2%, respectivamente, e o terceiro ficou estável.

Os indicadores de 2020 para as regiões Norte e Centro-Oeste avançaram 0,4% e 0,2%, respectivamente. Além do Nordeste, houve queda nas regiões Sudeste (-1,3%) e Sul (-2,1%).

O menor ritmo da atividade no Nordeste, apesar do desempenho agrícola positivo, segundo o BC, decorreu sobretudo das adversidades dos serviços de maior interação entre as pessoas, que têm maior peso na região. Essas adversidades impactaram o mercado de trabalho, com efeitos sobre o comércio, cujo volume acumulou queda – no conceito restrito (exclusivo comércio automotivo e de material de construção). O BC destaca que o Nordeste foi a única região com retração no comércio em 2020, apesar do auxílio emergencial ter atingido 55,3% dos domicílios nesses Estados, em novembro de acordo com a PNAD Covid-19, divulgada pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE).

No caso do Norte, o BC destacou que a região foi "especialmente estimulada" pelo desempenho do comércio, impulsionado pelo auxílio emergencial. A região também apresentou bons resultados na agricultura, na construção civil e na indústria extrativa, enquanto a indústria de transformação foi bastante afetada pela crise.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Em 2020, atividade econômica recua 2,1% no Nordeste, diz Banco Central

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-2020-atividade-economica-recua-2-1-no-nordeste-diz-banco-central/504324>

Já o desempenho positivo do Centro-Oeste em 2020 esteve relacionado com a safra recorde de grãos e as cotações das commodities, em especial de soja e carnes, que impulsionaram as exportações. A região também apresentou bons resultados no comércio e no setor de transportes no ano passado.

No Sudeste, a retração menor que a de outras regiões é explicada, pelo BC, pela estrutura produtiva diversificada que permitiu que atividades mais impactadas pela crise – como os serviços – tivessem seus resultados compensados, em parte, pela evolução favorável de outras.

"No setor de serviços, o segmento de atendimento às famílias permaneceu deprimido; no entanto, os serviços financeiros, fortemente concentrados na região, tiveram alta significativa. Na indústria, a menor produção de veículos contrapôs-se à ampliação em alimentos, produtos químicos, farmoquímicos e de limpeza e higiene pessoal", destacou o documento.

Por fim, a região Sul também foi penalizada pela quebra das safras de verão de soja e milho, que não puderam atenuar os impactos da pandemia sobre os demais segmentos da economia regional.

O BC divulgará o Boletim Regional completo nesta sexta-feira (5), às 10 horas. A publicação trimestral tem o objetivo de trazer uma visão das regiões do País a partir de dados e indicadores econômicos.

Diferenças no emprego

O box do Boletim Regional sobre as políticas de combate à crise mostra uma recuperação desigual do emprego formal no País. Apesar dos dados do fim de 2020 apontarem para um retorno à dinâmica de geração de vagas com carteira assinada pré-pandemia, há uma grande variedade no comportamento do emprego entre as microrregiões brasileiras.

Enquanto o Nordeste registrou alta de 2,7% na comparação entre o saldo de dezembro e a média de janeiro e fevereiro de 2020, o Sudeste teve retração de 0,8%. "Dentre os fatores associados a tais diferenças estão os relacionados à pandemia ou à estrutura produtiva local e às políticas públicas", destaca o Banco Central.

O documento traz cálculos que apontam que as estruturas produtivas locais têm relação com o comportamento do emprego e, desta forma, seriam mais atingidas regiões onde a participação de setores mais sensíveis ao distanciamento é maior. Por outro lado, o auxílio emergencial e os programas de crédito às empresas estão positivamente associados à criação de emprego.

"Em síntese, o exercício realizado neste box sugere que fatores relacionados à pandemia, políticas públicas e a estrutura setorial do emprego ajudam a explicar as diferenças regionais de geração de emprego formal em 2020", conclui o BC. "Convém ressaltar que esse box não deve ser visto como uma avaliação formal das políticas econômicas adotadas em 2020 e que os coeficientes estimados podem refletir apenas correlações, em vez de relações de causa e efeito", pondera o documento.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 05/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: PEC emergencial aprovada pelo Senado protege recursos para Forças Armadas Impacto: Neutro

PEC emergencial aprovada pelo Senado protege recursos para Forças Armadas

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Em mais um aceno aos militares, o Congresso Nacional incluiu na PEC que recria o auxílio emergencial um dispositivo que abre caminho para carimbar receitas e destiná-las a ações de "interesse à defesa nacional" e "destinadas à atuação das Forças Armadas". A medida vai na direção contrária do que prega a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende a necessidade de maior flexibilidade no Orçamento.

A alteração foi introduzida na versão final do parecer do relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), poucas horas antes da votação no plenário do Senado. Outros grupos de interesse dentro do governo também conseguiram blindar suas receitas, como a Polícia Federal. O texto ainda precisa ser aprovado em dois turnos na Câmara.

A manobra chamou a atenção de técnicos e de economistas de fora do governo, pois o objetivo central da equipe de Guedes é justamente o oposto: tirar o máximo possível de carimbos das receitas para combater o repasse de recursos em certas áreas. Se as receitas vinculadas não são usadas, elas não podem financiar outro tipo de gasto, mesmo que haja necessidade.

A medida preserva a vinculação de recursos que já existem, como royalties de petróleo que hoje ficam sob a alçada do Comando da Marinha. No Orçamento de 2021, a arrecadação prevista nesse item é superior a R\$ 1 bilhão.

A maior preocupação, porém, é com a brecha criada para a criação de novas vinculações. O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e que já chefiou a Assessoria Especial do Ministério da Fazenda, afirma que o texto ficou "muito aberto", deixando margem para que uma lei declare que um percentual de determinado imposto será receita de interesse nacional, ficando vinculado a despesas da Defesa.

"Acho isso um risco grande, dado o ímpeto e o poder político que as Forças Armadas adquiriram neste governo. Podem capturar uma parcela grande do Orçamento", afirma Mendes. "O que são receitas de interesse da defesa nacional? Abre uma porta grande para começar a vincular recursos para as Forças Armadas", acrescentou.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o assunto. O Ministério da Defesa não respondeu até a publicação deste texto.

A última versão do texto da PEC também tratou de livrar do alcance das desvinculações o Funapol, da Polícia Federal, abastecido com taxas e multas cobradas pelo órgão.

Esse não é o único dispositivo da PEC emergencial que beneficia os militares. Como mostrou o *Estadão Broadcast*, outro trecho do texto vai blindar reajustes na remuneração de militares das Forças Armadas do alcance dos gatilhos de contenção de despesas.



Safra. O Melhor Gestor Alta Renda 2020 no ranking Guia de Fundos FGV.

São 25 fundos premiados no ranking mais tradicional do mercado.

Quem sabe, Safra.

Abra sua conta pelo app.



Conheça os fundos premiados do Safra.



Safra



Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 05/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Nova temporada de ofertas na B3 será aberta por Dasa Impacto: Neutro

B2 | Economia | SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do broadcast

EMAIL: COLUNA@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNAESTADAO

CELSO MING

EMAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Nova temporada de ofertas na B3 será aberta por Dasa

A restreia da Dasa Diagnósticos na Bolsa está cotada para inaugurar a próxima temporada de ofertas, com fixação de preços das ações prevista para entre março e abril.



JOSÉ LOPES/ISTOCK/GETTY IMAGES

Volume recorde. A oferta deve movimentar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 7 bilhões. Na coordenação da operação estão Bradesco BBI, BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch, Credit Suisse, Morgan Stanley, Safra, Santander e Itaú BBA.

Estrelas. Desde a segunda-feira, outras cinco companhias protocolaram na CVM pedidos de análise de oferta de ações (IPO).

Cardápio. O fundo de pensão Real Grandeza (dos funcionários de Furnas e Eletronuclear) pretende levar adiante este ano a criação da Real Grandeza Saúde, uma empresa à parte, com outro CNPJ.

prestes a ser enviado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Modelo. A ideia é oferecer planos de saúde premium, com custo 30% abaixo do mercado, para os atuais participantes e entrantes no fundo de pensão.



CEBA SAMPAO/ESTADÃO 2020

Sentiu. A entrada de São Paulo na fase vermelha, com a imposição de restrições ao funcionamento do comércio, vai acertar em cheio o setor de shopping centers.

Panorama atual. Dos 601 shoppings do Brasil, já estão fechadas 140 unidades, espalhadas por dife-

rentes municípios de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul mais o Distrito Federal. Esse número sobe para 305 a partir de sábado, conforme a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasec).

Como se não bastasse. Está mais difícil fechar a compra de imóveis comerciais por conta do avanço da pandemia. Transações como compras de prédios de escritórios, por exemplo, estão levando mais tempo para progredir.

Meu negócio. Mais cinco gestores do segmento privado do Itaú deixaram o banco para montar seu escritório, usando a plataforma da XP.



JP CORREIA/ESTADÃO 2020

Chega mais. Recém-saída de um acordo com o sistema Coca-Cola, a Heineken passará a distribuir a marca de água Bonafont, da Danone, nas regiões Sul e Sudeste do País.

Ande duas casas. A Heineken vê espaço para abrigar em sua rede de distribuição marcas com sinergia com seus produtos, especialmente em bares e restaurantes.

CYNTHIA DECLÓDTE, DENISE LUNA, CIRCE BONATELLI, TALITA NASCIMENTO E MATHEUS PIOVESANA

Nível dos reservatórios perigosamente baixo

A afiação produzida pela pandemia deixa despercebida pela opinião pública outra ameaça à economia: os baixos níveis dos reservatórios de água das hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que não foram recompostos nesta temporada de chuvas, que já está em seu final.

Esta vez, está afastada a ameaça maior, a de que sobrevenha um apagão de energia elétrica, como o que houve em 2001. Desde então, o Brasil conseguiu desenvolver um sistema de compensação entre as várias fontes de energia elétrica, de maneira a suprir crises de oferta e dar mais segurança ao fornecimento.

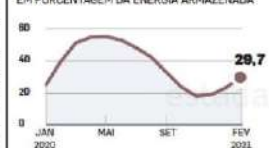
Desde setembro de 2020, os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável pela geração de cerca de 70% da energia consumida no País, operam com armazenamento próximo ou abaixo dos 30% de sua capacidade.

A partir deste ano, o consumidor também passará a pagar os custos da Conta-Covid. E que, ao longo desta pandemia, o governo fez empréstimos de R\$ 16 bilhões para as distribuidoras com o objetivo de evitar a paulada na conta de luz durante o ano de 2020.

Mas há outros fatores que vêm pres-

ALERTA

Nível médio de armazenamento nos reservatórios do Centro-Oeste/Sudeste em porcentagem da energia armazenada



FONTES: OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS)

siando os custos. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que acumulou alta de 23,14% no ano passado, continua sendo o principal indicador dos contratos de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Um estudo da TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada ao setor elétrico, calcula que, em 2021, a conta de luz deverá ter um aumento médio de 14,5%. As altas devem ocorrer em torno de 21,2% na Região Centro-Oeste; 19,4% no Norte; 17,6% no Nordeste; 13,1% no Sudeste e 12,3% na Região Sul.

A indústria, especialmente os setores que mais dependem de energia elétrica, já enfrenta o impacto desses custos, num momento em que tem de aumentar os esforços por mais produtividade.

Como informa Philippe Soares, diretor técnico da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), em janeiro, os consumidores industriais que dependem do fornecimento do segmento livre tiveram de pagar R\$ 39 por MWh em Encargos de Serviços do Sistema (ESS) por conta do acionamento das térmicas. A média desses encargos paga nos últimos quatro anos ficou em torno dos R\$ 3 por MWh. Isso implica aumento de custos de produção nos setores de materiais de construção, de alimentos congelados, veículos e gases industriais.

No início desta semana, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) reduziu o limite do despacho das térmicas para até 15 mil MW médios, abaixo dos 16,5 mil MW médios que vigoravam até então. Mas, para reequilibrar o mercado, o Operador Nacional do Sistema (ONS) deve antecipar a entrada de grandes termoelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN) neste ano em relação ao ano passado, para garantir a recuperação dos reservatórios/ COM PABLO

Table with 2 columns: Região, Nível médio de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas%. Rows: Sudeste/Centro-Oeste (30,35%), Sul (63,56%), Nordeste (50,09%), Norte (81,24%).

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Editorial Econômico

PIB paulista resiste e cresce 0,4% na pandemia

A economia paulista mostrou forte capacidade de reação no ano marcado pelo impacto brutal da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica em todo o mundo. Ao contrário da economia brasileira, que encolheu 4,1% em

2020, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que confirmaram as projeções predominantes nos últimos meses, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo registrou alta de 0,4% no ano passado. São cálculos da Fundação Seade, órgão do governo do Estado responsável pela compilação de estatísticas econômicas e sociais paulistas, inclusive as que abastecem a base de dados do IBGE.

Embora pequena, a expansão é um fato auspicioso, visto que a economia mundial - com exceção da China e de

poucas nações - encolheu por causa da pandemia. No quarto trimestre de 2020, o PIB paulista foi 2,5% maior do que o do trimestre anterior e 4,9% maior do que o de um ano antes, o que mostra mais vigor nos últimos meses. A indústria, setor do qual São Paulo responde por boa parte da produção nacional, encolheu 2,9% em 2020, mas o resultado de dezembro, com alta de 13,4% na comparação com o mesmo mês de 2019, mostra forte recuperação.

O resultado do PIB paulista de 2020 foi assegurado pelo desempe-

nho do setor de serviços, que cresceu 1,8%. Já a agropecuária teve desempenho semelhante ao da indústria, com redução de 1,7%.

Ao comentar esses números, o secretário da Fazenda do Estado, Henrique Meirelles, observou que, no caso dos serviços, as tecnologias de comunicação e de informação, com os serviços financeiros e as atividades imobiliárias, foram as principais responsáveis pelo crescimento.

Sobre o resultado geral do PIB paulista, Meirelles observou que São Paulo teve menor redução do que a queda

média da economia brasileira, recuperou-se mais depressa e, assim, conseguiu fechar o ano com resultado positivo.

O Indicador PIB+30 - desenvolvido pela Fundação Seade para antecipar o comportamento da economia paulista e fornecer informações para balizar decisões sobre políticas públicas - indica queda em janeiro, na comparação de dezembro. Mas, para o ano, a projeção é positiva, com expansão média de 5,3%, a depender, obviamente, de fatores como o avanço da vacinação e ambiente econômico e político.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B3

Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio

Mas equipe respira aliviada com trava de R\$ 44 bilhões aprovada pelos senadores

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Era por volta de uma e meia da tarde de ontem, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe puderam respirar mais aliviados. O plenário do Senado havia acabado de manter o texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial com o limite de R\$ 44 bilhões para a despesa com o pagamento da nova rodada do auxílio para os mais vulneráveis.

Se tecnicamente foi desconcertante incluir no texto constitucional um valor fixo para o pa-

gamento do auxílio, a trava de gastos acabou sendo a forma encontrada pelo Ministério da Economia para impedir que mais tarde os parlamentares aumentassem o valor do benefício e o seu alcance sem que houvesse uma contrapartida de economia de despesas. Afinal, a proposta foi aprovada sem ajuste no curto prazo nem caso seja decretado novamente estado de calamidade para novos gastos para o combate dos efeitos do recrudescimento da pandemia em 2021.

O risco de cair a barreira de R\$ 44 bilhões estava no radar na votação em segundo turno e era

mais uma batalha a ser superada para aprovação da PEC, após a queda de braço do ministro Paulo Guedes e seus principais secretários para evitar a exclusão do programa Bolsa Família do teto de gastos (a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), manobra que foi patrocinada pelo próprio Bolsonaro e lideranças governistas no Congresso, como mostrou ontem o Estadão.

Com o mercado derretendo por causa da aposta no teto de gastos como âncora fiscal para controle da trajetória de endividamento, o presidente foi alertado dos riscos e desistiu de levar adiante a proposta, que tinha apoio dos aliados e da oposição. Senadores não alinhados com o presidente, porém, dispararam alertas para o risco de não darem um "cheque em branco" para o presidente garantir a sua reeleição. Se o ministro Luiz Eduardo Ramos, articulador político do governo, avisou aos líderes a decisão do presidente de recuar, coube ao presidente da Câmara, Arthur Lira (DEM-PL), garantir aos investidores que não haveria medidas.

Nas horas que antecederam a votação em primeiro turno,



Hora H. Presidente apoia no momento decisivo, diz Guedes

Guedes partiu para o tudo ou nada para evitar não só o furo-teto, mas o fatiamento e desidratação da PEC, mantendo-se apenas o auxílio. Em meio ao vai-vém e uma ida ao Tribunal de Contas da União, ao lado do ministro da Casa Civil, Braga Neto, para uma reunião com o ministro Bruno Dantas, Guedes avisou as lideranças governistas que não "contassem com

ele" para a mudança no teto. Não chegou, porém, a ameaçar demissão do cargo. No dia seguinte, agradeceu a Bolsonaro. "O presidente sempre nos apoia no momento decisivo", afirmou em vídeo gravado ao lado do relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Se o discurso oficial ontem foi de vitória pelo resultado que evitou, na opinião de auxiliares

do ministro, um "desastre" maior com a mudança da PEC, o sentimento na equipe, por outro, foi de perda de uma das pontas estruturais da PEC: a possibilidade de acionamento dos gatilhos em caso de calamidade por mais dois anos seguintes. A economia da PEC foi baseada nesse dispositivo. "Que ajuste se faz em um ano?", resumiu um auxiliar de Guedes, que admite que o momento continua muito delicado para as contas públicas e que nova batalha vem pela frente na Câmara, onde a PEC ainda será analisada na semana que vem, e na definição e tramitação da medida provisória (MP) que vai definir valores e regras para o pagamento do auxílio.

A primeira batalha, no entanto, não foi perdida porque há na PEC medidas importantes que fortalecem o arcabouço institucional das regras fiscais. Uma vitória que foi comemorada entre 10 e 10 técnicos do Ministério da Economia foi a liberação de superávit financeiro de fundos públicos para o pagamento da dívida pública. Uma medida que pode abater mais de R\$ 100 bilhões do estoque da dívida, melhorando a sua gestão pelo Tesouro.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC **Impacto:** Neutro

Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC

Especialistas veem perdas em relação a projeto original apresentado pelo governo, que previa regras mais rígidas para o corte de gastos

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A aprovação da PEC que autoriza uma nova rodada do auxílio emergencial afastou uma crise de confiança na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas as principais medidas de controle das despesas que ficaram no texto - aprovado em dois turnos pelo Senado - viraram muito mais uma promessa de ajuste fiscal para o futuro.

A proposta foi aprovada com perdas e ganhos em relação ao projeto inicial de Guedes, que pretendia atrelar a concessão do auxílio a um novo regime fiscal capaz de sinalizar a sustentabilidade das contas públicas.

Se por um lado Guedes e sua equipe tiveram uma vitória ao conseguir implodir a tentativa de retirar o Bolsa Família do teto de gastos, por outro houve prejuízo no acionamento dos chamados "gatilhos" de corte de despesas em caso de novo decreto de calamidade. Os danos nessa frente afastaram qualquer possibilidade de um ajuste mais significativo para compensar o aumento do endividamento para bancar medidas de combate à pandemia.

Pela proposta aprovada, União, Estados e municípios são obrigados a adotar os gatilhos somente durante a duração da calamidade, e não mais pelos dois anos seguintes como queria a equipe econômica.

Com isso, a possibilidade de estender o congelamento dos salários dos servidores, garantido apenas até o fim de 2021, fica adiada. O revés veio após intensa articulação política de várias categorias do funcionamento junto ao Senado.

Outro ponto negativo apontado por economistas é que, mesmo pelo lado da emergência fiscal, o ajuste ficou mais distante no horizonte. A referência para o acionamento automático dos gatilhos que ajudaria a cumprir o teto é considerada elevada: é preciso que despesas obrigatórias alcancem 95% dos gastos totais. Hoje, esse patamar está em 93,4%. A previsão do próprio Tesouro é que o nível de 95% só deve ser atingido em 2024, com acionamento dos gatilhos em 2025.

"É uma promessa de ajuste de futuro. Tem de ver se isso vai se concretizar", avalia o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Ibrpe/FGV. Pires ressalta que Guedes fez uma aposta muito grande na necessidade da PEC em troca de dar o auxílio e, ao final, correu o risco de arruinar a credibilidade

● Parâmetro

95%

é o patamar mínimo das despesas obrigatórias em relação aos gastos totais para o acionamento de 'gatilhos' de corte de gastos

de se nenhuma medida fosse aprovada. "O ajuste fiscal ficaria muito desacreditado."

Além de o "sarrafo" de 95% para acionar os gatilhos do teto ter ficado alto, a regra tampouco resolveu o problema crescente do achatamento das despesas discricionárias, que incluem o custeio da máquina e os investimentos e são alvo de cortes quando as obrigatórias crescem em ritmo mais acelerado.

Os especialistas alertam que há um risco não desprezível de se chegar a uma situação insustentável de funcionamento da máquina sem que as medidas de ajuste tenham sido disparadas. A criação de mais um regra fiscal também é apontada como um ponto negativo.

"É preciso ter claro que a aprovação da PEC não vai produzir ajuste fiscal de imediato", reforça o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto. "(O texto) Não produz um ajuste fiscal que possa ajudar a complementar o teto de gastos nos próximos quatro a cinco anos." Ainda segundo ele, sob essa proposta, a dívida pública vai continuar crescendo.

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Inspira, também critica o fato de o ajuste ter ficado muito para frente. "Fiz tudo isso (a PEC para ter o auxílio) para ter gatilhos e não vai ter os gatilhos", diz. Apesar disso, ele reconhece que a autorização para Estados e municí-



Efeito. Rodrigo Paolheco, presidente do Senado, durante votação em segundo turno da PEC

pios usarem as ferramentas de ajuste quando suas despesas correntes chegarem a 95% das receitas correntes, sem necessidade de recorrer aos Legislativos locais, é um importante mecanismo de via rápida para ajustes. Embora a regra seja facultativa, há um incentivo para adotá-la: a possibilidade de aval do Tesouro em empréstimos mais baratos.

'Manobras fiscais'. A PEC também tem o mérito de pôr fim a manobras feitas por Estados e municípios para maquiarem despesas com pessoal e cumprir artificialmente os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A "criatividade contábil", feita com apoio de Tribunais de Contas, abriu uma verdadeira avenida para reajustes dentro dos orçamentos esta-

duais e municipais, resultando em brutal aumento na folha de salários na última década. A PEC harmoniza os conceitos para o cálculo das despesas com pessoal, adotando os critérios definidos pelo Tesouro.

Com larga experiência em texto legislativo, Mendes afirma que a proposta, ao prever os gatilhos de ajuste em situações de calamidade nacional, criou ao mesmo tempo uma série de exceções sob uma redação que "vai dar pano para manga em interpretação".

Mendes lamenta a retirada do dispositivo que permitiria a governadores e prefeitos fazerem bloqueios em despesas do Legislativo e Judiciário em caso de frustração de receitas, algo que já é feito na União por meio de acordo entre os Poderes. Nos Estados e municípios, esse

tipo de acerto é difícil, e o Executivo local acaba arcando sozinho com os cortes, levando a situações em que sobra dinheiro no caixa do Judiciário, por exemplo, mas professores estão com salários atrasados.

Uma medida que divide opiniões é a previsão de um programa de corte de metade das renúncias tributárias (hoje em 4% do PIB) em oito anos. "Isso é totalmente inócuo, não ajuda em nada, atrapalha. Não vão mandar esses projetos", prevê Mendes. Para ele, o fato de colocar na Constituição não obriga o presidente a enviar a proposta de redução das isenções. Ele destaca que as exceções previstas na PEC, de incentivos que não fazem parte da meta de redução, chegam a quase metade do total de renúncias, o que concentra o corte em todo o resto.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 05/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Com restrições, lojista de shopping fala em demissões e tenta renegociar aluguel Impacto: Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B7

Negócios

Risco

Vazamento expõe senha de 10 milhões de emails de brasileiros. Pág. B12

Fase vermelha. Para o setor, volta da quarentena surpreende e pode provocar uma onda de inadimplência entre as empresas, sobretudo as de menor porte; associações dizem que, no lugar de fechar comércio, poder público deveria aumentar testagem e oferta de leitos

Com restrições, lojista de shopping fala em demissões e tenta renegociar aluguel

Circe Bonatelli

A determinação do fechamento do comércio com a migração do Estado de São Paulo para a fase vermelha de restrições para conter o contágio pela covid-19 preocupa associações de lojistas, que temem uma nova onda de demissões daqui para frente.

A perda de faturamento também deve reabrir discussões com os donos dos pontos comerciais para flexibilizar as cobranças de aluguéis enquanto as portas dos estabelecimentos estiverem fechadas - assim como ocorreu no ano passado, com a chegada da pandemia.

A fase vermelha em São Paulo afeta em cheio o setor de shopping centers, já que o Estado concentra 182 unidades, o equivalente a um terço do mercado nacional. "É muito dolorido para as empresas. Não sei como vamos superar. Agora vão vir mais demissões", comenta o presidente da Associação Brasileira dos Lojistas Satélites (Ablos) e dono da rede de moda TNG, Tito Bessa Júnior.

Ele afirma que a nova quarentena deixou o setor perplexo, pois os lojistas não esperavam que o governo adotasse novamente medidas tão duras. "Ninguém esperava mais um lockdown nessa proporção. Não acredito que seja a medida mais efetiva."

Em vez disso, a expectativa era de que fossem adotadas outras iniciativas discutidas desde o começo da pandemia, como a criação de novos leitos em hospitais de campanha, o avanço na testagem em massa para a doença e a aceleração da vacinação, relata.

Bessa Júnior acrescenta que as empresas tendem a ficar inadimplentes, especialmente aquelas cujas vendas ainda não haviam se recuperado plenamente, casos dos setores de roupas, acessórios, cosméticos, entre outros.

Diante disso, ele argumenta que não restam opções a não ser deixar de pagar certas despesas, como aluguéis. "Se mal dava para pagar o aluguel antes, agora que não dá mesmo. Isso vai ter que ser isentado. É mais um sa-

crifício que todos teremos que fazer."

Cobrança. A Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) publicou um comunicado à imprensa afirmando que vê com "grande pesar" a migração do Estado de São Paulo para a fase vermelha. Além disso, cobrou o governo de João Doria (PSDB) para que adote outras medidas para combater a disseminação do coronavírus.

"O poder público deveria, desde o começo, voltar sua atenção em manter hospitais de campanha, aumentar a testagem, reforçar a oferta de transporte público, entre outras medidas, e o que estamos vendo é justamente o contrário", afir-



Shoppings. Estado de SP reúne 1/3 do mercado nacional

ma o presidente da Alshop, Nabil Sahyoun.

Ele ainda classifica as próximas duas semanas de comércio fechado como "um desespero a mais para os lojistas, que estão vivendo dia após dia nesta incerteza". O temor, segundo ele, é de aceleração do desemprego, principalmente por parte de pequenos lojistas, que representam 70% do total dentro de um shopping.

A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrascoc) informou, por meio de nota, que está discutindo os impactos que os fechamentos trarão aos donos dos centros de compras e também aos lojistas para, juntos, os dois lados pensarem nos próximos passos e medidas que

podem ser adotadas. A entidade reforçou ainda que o setor irá cumprir todas as determinações do governo.

O governo de São Paulo determinou, na última quarta-feira, 3, a volta de todo o Estado para a fase vermelha a partir do sábado, 6. Serão 14 dias de restrição, e somente os serviços essenciais como saúde, alimentação e segurança poderão funcionar.

As lojas de shoppings poderão funcionar somente de forma "drive-thru", para compras feitas em apps e lojas online, mediante horários agendados e a organização de cada empreendimento. Supermercados dentro dos centros de compras também poderão funcionar.

LEILÕES ONLINE

COM AS MELHORES OPORTUNIDADES



SÁBADO, 06/03 - 9h15
CHEVROLET S10 LS FS2 2015



APONTE SUA CÂMERA PARA
O CÓDIGO E ACESSSE AGORA

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Azul corta 50 voos diários em março e abril

Embora a Azul reforce otimismo acerca da recuperação da demanda no Brasil, a companhia aérea cortou 50 voos por dia em março e abril. Com isso, a média deve ficar em torno de 600 voos diários para o período.

"Temos dois a três meses difíceis pela frente. Com o lockdown nas diferentes regiões do País, vamos avaliar o mercado para maio", afirmou ontem o presidente da Azul, John Rodgers, em teleconferência com jornalistas.

No entanto, o executivo continua otimista e prevê recuperação da demanda diante da perspectiva de vacinação contra a covid-19 no País. "A vacina está cada vez mais próxima, sabemos o que é preciso ser feito e o brasileiro quer voltar a voar."

Ele reforçou que a companhia está "confortável" com o plano para 2021, com foco na melhoria dos serviços, como a instalação de wi-fi na frota, além do aumento gradual da malha. "Estamos animados para o ano."

Para 2021, a companhia também está otimista com a Azul Cargo. No quarto trimestre do ano passado, a receita da divisão cresceu 64% em relação ao mesmo período de 2019.

Segundo Rodgers, o crescimento exponencial do e-commerce deve continuar impulsionando os negócios. "Este é um dos grandes focos de investimentos da Azul Cargo, visando ajudar a transformar a logística no Brasil." JULIANA ESTIGARRIBIA

• Posição

"É muito dolorido para as empresas. Não sei como vamos superar. Agora vão vir mais demissões"

Tito Bessa Júnior

PRESIDENTE DA ABLOS E DONO DA TNG

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Caoa amplia produção e anuncia 2º turno **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Caoa amplia produção e anuncia 2º turno

Inocentado da Zelotes, empresário afirma que concentrará esforços em novos projetos

Cleide Silva

Num momento em que fábricas estão suspendendo a produção por falta de peças, o grupo Caoa Chery anuncia a ampliação da produção na fábrica de Anápolis (GO) e a abertura de um segundo turno de trabalho em julho. A empresa iniciou a contratação de 300 pessoas e outras 300 vagas devem ser abertas no segundo semestre. Hoje a unidade tem 1,6 mil funcionários e só havia operado com duas equipes em 2010 e 2011.

O dono do grupo, o brasileiro Carlos Alberto de Oliveira Andrade, afirma que a partir de agora volta a se empenhar mais aos novos projetos da empresa após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o inocentar de participação em um esquema de corrupção investigado pela Operação Zelotes, que teve início em 2015. "Isso me prejudicou muito em negociações com bancos", diz.

Segundo o empresário, nos últimos quatro anos, período em que foi investigado, os juros negociados por ele para empréstimos subiram muito e outros foram barrados em razão do compliance dos bancos. "Comi o pão que o diabo

amassou, então fico aliviado em saber que agora acabou, que estou limpo, com ficha branca."

Com a sentença que não cabe recurso, uma das intenções de Andrade é retomar conversas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2019, quando a Ford fechou a fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, ele negociou a compra das instalações, mas, por não obter crédito, desistiu do negócio.

A Operação Zelotes investigou esquema de compra de medidas provisórias para prorrogar incentivos fiscais a montadoras da região Centro-Oeste, durante o governo do PT. Apenas dois fabricantes atuam na região, o grupo Caoa - hoje Caoa Chery - e o também brasileiro HPE, que produz modelos das marcas Mitsubishi e Suzuki em Catalão (GO). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva virou réu no processo acusado de receber propina para facilitar a aprovação da MP.

Andrade foi denunciado pelo Ministério Público em 2017. Seus advogados entraram com pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e ele foi inocenta-



Empregos. Grupo Caoa Chery, de Carlos Alberto de Oliveira Andrade, iniciou a contratação de 300 funcionários

● Alívio

"Isso me prejudicou muito em negociações com bancos. Comi o pão que o diabo amassou, então fico aliviado em saber que acabou"
Carlos Alberto de O. Andrade
DONO DO GRUPO CAOA CHERY

do. O MP recorreu e o caso foi para o STJ, que no mês passado não aceitou o recurso e decidiu pelo encerramento da ação.

Segundo o ministro Nefi Cordeiro, não há provas de que o executivo pagou propinas para obter benefícios. Cartas enviadas por Andrade a representantes do governo pedindo a prorrogação do incentivo também não caracterizam crime.

Incentivo renovado. A MP aprovada em 2009 que estabelece o incentivo vence a cada cinco anos e precisa de nova aprovação. Em outubro do ano passado o Senado manteve o bene-

fício fiscal para o Centro-Oeste até 2025.

"Ainda bem que renovou porque se não eu fechava a fábrica", informa Andrade. Segundo ele, há custos extras em operar na região, como falta de porto fornecedores distantes. Com a ampliação que será feita ele acredita que, quando a produção chegar a 80 mil veículos, novas fabricantes de autopeças vão se instalar na região.

O grupo tem plano de investimento de R\$ 1,5 bilhão para ampliar a capacidade de suas duas fábricas, iniciar a produção de veículos da Exeed, marca de luxo da chinesa Chery e lançamentos de vários produtos, seis deles neste ano, incluindo um SUV Exeed inicialmente importado e um veículo híbrido.

A fábrica de Goiás produz veículos da Hyundai e SUVs de maior porte da Chery. Ela terá sua capacidade ampliada de 86 mil para 150 mil veículos no ano até 2023. A de Jacareí (SP), que faz o sedã Azzera e utilitários pe-

quenos também ampliará a produção mas manterá apenas um turno em operação. Recentemente a unidade contratou 200 funcionários e abrirá mais vagas se as vendas da marca continuarem crescendo.

"Enquanto várias montadoras estão tirando o pé do acelerador, fechando fábricas, nós estamos fazendo o contrário", afirma. Andrade conta que em fevereiro a Caoa também teve problemas de falta de componentes mas viajou à China para falar com executivos da Chery e retornou com o compromisso de que neste mês o abastecimento será regularizado.

O executivo mantém seu antigo projeto de fazer da Caoa uma grande montadora nacional, com tecnologia de ponta e capacidade para produzir veículos híbridos e elétricos.

Ele confirma que mantém negociações com três fabricantes chinesas "mas no momento estamos em banho maria por causa da pandemia, mas assim que

tiver uma brecha retomamos". Sobre interesse na compra da fábrica da Ford na Bahia não há discussão no momento, diz.

Revendas. Maior revendedor Ford, com 12 lojas da marca, Andrade pretende manter apenas quatro delas após a decisão da montadora americana de deixar de produzir carros no País e passar a ser apenas importadora. As outras serão transformadas em concessionárias Caoa Chery e Hyundai.

No ano passado a Caoa Chery vendeu 25 mil veículos e ocupou a 11ª posição no ranking de montadoras. No ano anterior a participação era de 0,76%.

Para este ano a previsão é de chegar a 34 mil unidades. Andrade mantém a projeção mesmo com a decisão de novo lockdown em vários Estados. Em São Paulo, o comércio de carros ficará parado por 14 dias a partir de sábado. "As lojas ficarão fechadas, mas as fábricas continuarão trabalhando."

EMEL PATRASSOR/REUTERS - 3/3/2021

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brasileiros tiram R\$ 5,8 bi da poupança em fevereiro, diz BC **Impacto:** Neutro

Brasileiros tiram R\$ 5,8 bi da poupança em fevereiro, diz BC

Larissa Garcia

BRASÍLIA Os saques em caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 5,8 bilhões em fevereiro, segundo relatório divulgado pelo BC (Banco Central) nesta quinta-feira (4). Este é o segundo resultado negativo desde o início da pandemia de Covid-19.

Após a chegada do vírus ao país, em março, a caderneta registrou valores elevados em captação líquida nos meses seguintes, em comparação ao restante da série.

Em janeiro, pela primeira vez desde o início da crise sanitária, a captação líquida (diferença entre depósitos e saques) da poupança foi negativa. No mês, as retiradas superaram as entradas em R\$ 18,1 bilhões, pior valor da série histórica iniciada em

janeiro de 1995.

Em fevereiro, o patamar voltou aos níveis semelhantes aos observados antes da pandemia. No mesmo mês de 2020, o resultado foi negativo em R\$ 3,7 bilhões e em 2019, em R\$ 4 bilhões.

O auxílio emergencial, pago por meio de conta-poupança digital da Caixa, ajudou a explicar o movimento de alta na captação ao longo de 2020. O benefício, no entanto, terminou em dezembro.

Além disso, com a flexibilização do distanciamento social e a reabertura dos comércios, o consumo aumentou e a população passou a sacar mais recursos da poupança, o que contribuiu para a queda da captação líquida.

Os brasileiros depositaram, em fevereiro, R\$ 239,8 bilhões na caderneta e saca-

ram R\$ 245,6 bilhões.

O saldo, que é todo o montante investido na modalidade, mesmo com captação negativa, permaneceu superior a R\$ 1 trilhão no mês. O estoque alcançou a marca pela primeira vez na história em setembro.

No ápice da crise, em abril, a poupança bateu recorde, com R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora.

Em setembro, a parcela do benefício pago pelo governo aos mais pobres foi reduzida de R\$ 600 para R\$ 300, o que fez os depósitos diminuírem.

A poupança rende a Taxa Referencial (TR), hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 2% ao ano.

A regra prevê que, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o ren-

dimento da poupança será 0,50% ao mês, mais TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

Bolsa sobe 1,35% com aprovação de PEC no Senado

SÃO PAULO A Bolsa brasileira destoa dos principais mercados globais nesta quinta-feira (4). Enquanto os índices acionários no exterior fecharam em queda, o Ibovespa subiu 1,35%, a 112.690,17 pontos.

Alta é um reflexo da aprovação da PEC Emergencial no Senado, que limita a volta do auxílio emergencial a R\$ 44 bilhões. A PEC também es-

tabelece os chamados gatilhos fiscais, a serem acionados quando a despesa obrigatória ultrapassar 95% da despesa primária total.

Na véspera, investidores temiam que o Bolsa Família fosse retirado do teto de gastos pelo projeto, o que não aconteceu, representando um alívio fiscal ao mercado.

Ainda segue, porém, a preocupação com a contrapartida para o aumento de gastos com uma nova rodada do auxílio.

"A aprovação da PEC somente antecipa o início de uma longa jornada. Ainda que promova estabilização a curto prazo, o processo de reajuste das contas públicas ainda carece de importantes reformas", afirma a equipe da Guide Investimentos em relatório.

O dólar chegou a cair 2%, para R\$ 5,5450, mas ganhou for-

ça com aversão ao risco no exterior, terminando o pregão em leve queda de 0,03%, a R\$ 5,66.

Os principais índices no exterior fecharam em queda após comentários de Jerome Powell, presidente do Fed, decepcionarem investidores preocupados com o aumento dos rendimentos dos títulos de longo prazo dos EUA.

A taxa do título do Tesouro americano de dez anos disparou para 1,555% após falas de Powell que não apontaram mudanças nas compras de ativos do Fed para enfrentar o recente salto nos rendimentos.

O Nasdaq fechou em queda de 2,11%. O índice apagou ganhos acumulados no ano e está cerca de 10% abaixo do pico de 12 de fevereiro. O Dow Jones caiu 1,11%, e o S&P 500, 1,34%.

Júlia Moura
Leia mais sobre a PEC à pág. A16

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio **Impacto:** Neutro

Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio

Pagamento de benefício terá teto de R\$ 44 bilhões; texto vai à Câmara

Renato Machado, Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA O Senado concluiu na manhã desta quinta (4) a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que destrava uma nova rodada do auxílio emergencial, mas estabelece um teto de R\$ 44 bilhões para pagamento do benefício.

A PEC Emergencial agora segue para a Câmara dos Deputados, onde também precisa tramitar em dois turnos e ser aprovada por 60% dos deputados federais.

Durante a tarde, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a admissibilidade do texto deve ser votada na terça-feira (9), e os dois turnos, na quarta-feira (10).

"Para a semana que vem, não é justo que a PEC saia hoje [quinta] do Senado e a Câmara tenha que votá-la hoje ou amanhã, sem discutir", afirmou. "O Senado levou um tempo maior, e os deputados e deputadas tendo conhecimento do texto, pelo menos dá para as lideranças e os partidos se posicionarem em relação ao mérito a partir da terça-feira, que é o que eu penso".

O relator do texto na Câmara será Daniel Freitas (PSL-SC).

A proposta aprovada apresenta os gatilhos planejados pela equipe econômica, para serem acionados em caso de aperto fiscal da União, estados e municípios. No entanto, o texto aprovado é uma versão desidratada do projeto inicial do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes afirmou a interlocutores que deixaria o governo se a PEC Emergencial não fosse aprovada. Apesar das concessões feitas na proposta, a versão que teve o aval do Senado, inclusive com o limite de R\$ 44 bilhões ao custo do auxílio emergencial neste ano, foi bem recebida pela equipe econômica, que conseguiu destravar uma PEC de 2019.

Os senadores aprovaram a proposta em segundo turno por 62 votos a 14.

Na noite anterior, os congressistas já haviam chanceado a proposta em primeiro turno, por 62 votos a 16.

O governo esteve perto de sofrer uma derrota com a votação de um destaque que previa justamente a extinção do limite de R\$ 44 bilhões para o novo auxílio, mas a pro-



O ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), em pé, conversa com o presidente do Senado Rodrigo Pacheco, na votação do 2º turno da PEC Emergencial. Raul Spinosa/Folhapress

posta foi mantida por 55 votos — eram necessários 49 votos.

A ideia de travar o custo da renovação do auxílio emergencial foi defendida pelo líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), em entrevista à Folha publicada nesta semana. O governo argumenta que o teto serve para dar previsibilidade às contas públicas, mas a oposição diz que isso dificultará a possibilidade de elevar o valor do auxílio ou o número das parcelas. Se aprovado também pela Câmara, esse limite dependerá de outra negociação com o Congresso no futuro para ser elevado.

Na avaliação de técnicos do Ministério da Economia, embora a versão final seja mais enxuta que a considerada ideal para Economia, o governo conseguiu aprovar, no mesmo texto, a liberação do auxílio junto com os gatilhos — medidas a serem acionadas, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Líderes do Senado queriam autorizar apenas a nova rodada do auxílio — sem a sinalização de compromisso com o ajuste fiscal. Interlocutores do governo então negociaram para evitar uma ampla derrota de Guedes. O "fatiamento" da PEC então foi rejeitado pelos parlamentares.

O governo avalia criar faixas com valores distintos do

auxílio emergencial a depender do perfil do beneficiário. A proposta em estudo prevê parcela padrão de R\$ 250.

No desenho em elaboração, beneficiários que atendam aos critérios e não tenham filhos ou dependentes terão direito a parcelas mais baixas. O patamar de R\$ 150 atualmente é o mais provável. No caso das mulheres chefes de família, o pagamento pode ser de R\$ 375 por mês.

Aproveitando a disposição do Congresso para aprovar o auxílio, Guedes condicionou a nova rodada à PEC Emergencial, que estava parada no Senado desde o fim de 2019. A proposta era mais rígida no controle de gastos públicos, prevendo, por exemplo, o corte de jornada e de salários de servidores quando as contas públicas entrassem em situação de forte aperto.

Para obter apoio no Senado, o governo teve que ceder, mas manteve pontos considerados vitais para a equipe econômica. Os gatilhos agora são mais brandos, como barreira a concursos públicos, reajuste salarial do funcionalismo e à criação de despesas obrigatórias.

A PEC, como defende Guedes, prevê um protocolo a ser acionado em caso de calamidade pública. No ano passado, por causa da crise da Covid-19, foi decretado estado de calamidade, por exemplo.

No protocolo previsto, serão

acionados os gatilhos durante o período de calamidade, ou seja, medidas que visam barrar o aumento de gastos com funcionalismo, como criação de cargos e progressão nas carreiras, além de criação de benefícios tributários.

Numa versão anterior, essas medidas, como vedação a reajustes salariais de servidores, valeriam por dois anos após o fim da calamidade, mas, para aprovar a PEC, a vigência dos gatilhos foi reduzida.

Na calamidade, estados e municípios poderão adotar essas medidas. Caso não acionem os gatilhos, não terão acesso a garantias da União ou a empréstimos.

Os gatilhos também podem ser acionados pela União, pelos estados e pelos municípios nas situações de aperto nas contas públicas: despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa obrigatória total ou despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes. A expectativa é que esse cenário se concretize apenas em 2024 ou 2025.

Durante a tramitação no Senado, provocou polêmica a inclusão no texto do relator Márcio Bittar (MDB-AC) de proposta que extinguiu os mínimos constitucionais para saúde e educação. O dispositivo provocou pronta reação de senadores, governistas e oposição.

Bittar, parlamentar muito

Que prevê a PEC Emergencial

- Permite nova rodada do auxílio em 2021, com custo de até R\$ 44 bilhões
- Novo auxílio fica fora do teto de gastos
- Cria gatilhos a serem acionados em caso de aperto nas contas públicas (despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa obrigatória total)
- Gatilhos são, por exemplo, barreira a aumentos de gastos com servidores e à criação de despesas obrigatórias e de benefício tributário
- Cria dispositivos para enfrentamento de novas calamidades públicas, como regras para contratação de pessoal
- Em caso de calamidade pública, gatilhos de controle de despesa também são acionados
- Prevê que uma lei complementar traga regras e medidas visando a sustentabilidade da dívida pública
- Uso do saldo financeiro dos fundos públicos para abater a dívida pública
- Determina prazo para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários
- Acaba com a vinculação de receitas para atividades da Receita Federal
- Limita a vinculação de receita para fundos públicos
- Prorroga para 2029 o prazo para que estados e municípios paguem precatórios
- Acaba com a obrigatoriedade para que União crie financiamento para ajudar no pagamento desses precatórios

O QUE SAIU DA PEC

- Fim do gasto mínimo para saúde e educação
- Gatilhos mais rígidos, como corte de jornada — e de salário — de servidores públicos em até 25%, redução de pelo menos 20% dos cargos de confiança
- Fim das transferências de recursos do FAT ao BNDES
- Fim da obrigatoriedade de reajuste anual dos servidores
- Limite à correção de valores das emendas parlamentares
- Extinção de municípios pequenos
- Criação do Conselho Fiscal da República
- Fim de vinculações de receita

próximo a Guedes e que trabalha em sintonia com a equipe econômica, precisou recuar para evitar a derrubada da PEC Emergencial.

O governo e o relator também precisaram desidratar a PEC ainda mais para viabilizar a sua aprovação. Bittar também recuou no corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

O relatório final, por outro lado, manteve a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária. Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da Receita Federal e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Outros setores da administração pública conseguiram garantir a possibilidade de que receitas sejam vinculadas a suas atividades. Por exemplo, as Forças Armadas e as atividades de defesa nacional.

Itaú demite 50 funcionários que pediram benefício

Isabela Bolzani

SÃO PAULO O Itaú demitiu 50 funcionários que, mesmo estando fora dos critérios de elegibilidade, pediram o auxílio emergencial. O anúncio foi feito em comunicado interno divulgado pelo banco na quarta-feira (3) ao qual a Folha teve acesso.

Segundo as regras do governo, a pessoa que tem emprego formal ou que tenha recebido rendimentos tributáveis acima do teto de R\$ 28.559,70 em 2018 de acordo com a declaração do Imposto de Renda, não tem direito a receber o auxílio emergencial.

Também não têm direito aqueles que pertencem à família com renda superior a três salários mínimos (R\$ 3.135) ou cuja renda mensal por pessoa da família seja maior do que meio salário mínimo (R\$ 522,50) e que estejam recebendo seguro-desemprego, benefícios previdenciários ou assistenciais ou benefícios de transferência de renda federal — com exceção do Bolsa Família.

No comunicado, o banco afirmou que o compromisso com a ética deve ser cultivado não somente nas decisões do banco mas também na vida profissional e pessoal. O Itaú tem mais de 96 mil funcionários.

O banco não respondeu como os pedidos pelos funcionários foram descobertos.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Fabricante de hidroxiquina, Apsen recebeu R\$ 20 mi do BNDES **Impacto:** Neutro

Fabricante de hidroxiquina, Apsen recebeu R\$ 20 mi do BNDES

Farmacêutica de apoiador de Bolsonaro assinou empréstimo público de R\$ 153 milhões

Diego Junqueira

SÃO PAULO | REPÓRTER BRASIL A Apsen Farmacêutica, principal fabricante de hidroxiquina do Brasil, assinou dois contratos de empréstimo com o BNDES em 2020, no total de R\$ 153 milhões, para investir em atividades de pesquisa e ampliar sua capacidade produtiva. O valor é sete vezes maior do que o crédito liberado para a empresa nos 16 anos anteriores.

O primeiro acordo, assinado em fevereiro de 2020, prevê financiamento de até R\$ 94,8 milhões para o "plano de investimentos em inovação" da companhia. Desse montante, o banco desembolsou R\$ 20 milhões em março do ano passado.

Já o segundo financiamento, de R\$ 58,9 milhões, foi assinado em junho para "ampliar a capacidade produtiva e de embalagem no complexo industrial da Apsen, em São Paulo". Os recursos aprovados nesse acordo ainda não foram liberados pelo BNDES. As informações constam no site da instituição, que usa recursos públicos para oferecer empréstimos com juros abaixo dos praticados pelo mercado.

O presidente da Apsen, Renato Spallicci, é antigo apoiador do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e, durante a pandemia da Covid-19, ganhou o ex-capitão como "gato-propaganda".

Bolsonaro, que defende o medicamento para tratar a Covid-19, mesmo sem haver eficácia comprovada, exibiu a caixinha de hidroxiquina da empresa em diversas ocasiões.

As vendas de hidroxiquina — medicamento usado no tratamento contra malária e doenças reumáticas — ajudaram a Apsen a alcançar faturamento recorde no ano passado, próximo de R\$ 1 bilhão. É uma alta de 18% em relação ao ano anterior, dos quais 2,7% se devem ao remédio, como afirmou a empresa à Repórter Brasil.

A farmacêutica produz outros medicamentos e subs-



O presidente Jair Bolsonaro mostra caixa de cloroquina em evento em Brasília. Adriano Machado - 16.set.20/Reuters

tâncias cujas vendas aumentaram em 2020 em função da pandemia, como vitamina D e antidepressivos.

A Apsen é a líder do mercado nacional de hidroxiquina e a maior beneficiada pela comercialização recorde do produto em 2020. Sua medicação está no mercado há 19 anos e respondeu por 78% das vendas no ano passado, segundo a farmacêutica.

A empresa afirmou que não usou o financiamento público na fabricação do remédio, mas que pediu os empréstimos para investir em projetos de "expansão da empresa e linhas de produtos".

A Apsen disse que os investimentos já estavam previstos antes da pandemia, informação confirmada pelo BNDES. Os pedidos foram feitos em 2019, mas os contratos assinados em 2020.

A empresa admite, contudo, que a crise da pandemia do coronavírus acelerou os investi-

mentos. "O foco da Apsen em 2020 foi entender a conjuntura econômica e rever o tempo em que os investimentos seriam executados. Alguns projetos do nosso planejamento estratégico foram antecipados e outros, postergados", disse a empresa à Repórter Brasil.

Segundo João Paulo Pieroni, chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde do BNDES, os projetos apoiados não focaram em apenas um medicamento, mas na expansão geral da empresa no longo prazo.

"O apoio do banco já estava previsto e não teve qualquer relação [com a produção de hidroxiquina]. A empresa pode até ter aproveitado esse momento comercialmente, mas, do ponto de vista do financiamento do banco, não teve efeito".

A hidroxiquina bateu recorde de vendas em 2020 após se tornar o carro-chefe do governo brasileiro para en-

frentar a Covid-19. Só em farmácias foram comercializadas 2 milhões de unidades (com pico em dezembro), uma alta de 117% no ano em comparação a 2019, segundo o Conselho Federal de Farmácia.

Além de distribuir cloroquina no SUS, o Ministério da Saúde incentivou a automedicação, por meio de um aplicativo e em campanha publicitária, e adotou um protocolo clínico, batizado de "tratamento precoce", que recomenda o uso do remédio no estágio inicial da doença.

O governo também ampliou a fabricação pelo Laboratório do Exército e de usou os estoques da Fio Cruz que seriam destinados ao programa de malária, o Executivo zerou o imposto de importação sobre a cloroquina, ainda em março de 2020. O Itamaraty intermediou negociações entre a Apsen e o governo da Índia, em abril, para destravar a liberação de matéria-prima,

conforme revelou a agência de dados Fiquem Sabendo.

Por email, a empresa disse que Spallicci não tem relação pessoal com o presidente e que eles nunca se encontraram "presencialmente ou virtualmente". A relação com o governo federal se dá via Ministério da Saúde, Itamaraty e Anvisa, diz a Apsen.

Questionada sobre a aprovação recorde de empréstimos em 2020, a farmacêutica disse que demandou financiamentos para investir em pesquisa de novos produtos e na área industrial, "com o objetivo de preparar as áreas produtivas para suportar o plano de lançamentos dos próximos anos".

Questionada pela Repórter Brasil, a empresa disse que seu trabalho é pautado em ciência. "Atualmente, com base nas últimas evidências científicas, a Apsen recomenda a utilização da hidroxiquina apenas nas indicações pre-

vistas em bulas, as quais são aprovadas pela Anvisa."

Outra fabricante de hidroxiquina que recebeu empréstimos do BNDES em 2020 foi a EMS. A companhia recebeu R\$ 23 milhões do banco público em maio do ano passado para investir em duas frentes: na implantação de uma fábrica de medicamentos oncológicos (R\$ 7 milhões) e na ampliação de sua linha industrial (R\$ 16 milhões). O apoio total pode chegar a R\$ 123 milhões.

A farmacêutica é a que mais vende remédios no Brasil e tem no portfólio outras medicações cujas vendas cresceram em 2020, como o vermífugo ivermectina, além de antibióticos e antidepressivos.

A ivermectina foi o medicamento sem eficácia comprada para Covid-19 que mais cresceu em vendas no ano passado: foram comercializados 53,8 milhões de comprimidos, contra 8,1 milhões em 2019, alta de 557%, segundo o conselho de Farmácia.

Procurada, a EMS não quis se manifestar.

Na avaliação de Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo), os investimentos apoiados pelo BNDES não têm relação com o surgimento da pandemia do novo coronavírus porque miram um horizonte de 10 a 15 anos.

"Esses planos de investimento certamente foram desenvolvidos em 2018 e 2019, porque o setor já esperava um crescimento em 2020 e 2021", afirmou Mussolini, que calcula alta de 10,5% no faturamento em 2020.

O BNDES é um dos principais financiadores da indústria farmacêutica no Brasil. Nos últimos 15 anos (2006 a 2020) o banco financiou o setor com R\$ 6 bilhões. Entre os apoios está a construção do Centro Henrique Penna, na Fio Cruz, que está produzindo o imunizante da Oxford para Covid-19. O banco avalia atualmente o possível apoio ao desenvolvimento de uma vacina brasileira.

No total, o BNDES liberou R\$ 550 milhões para o setor farmacêutico durante ano passado, maior valor desde 2010. Em 2019, antes da pandemia da Covid-19 e no primeiro ano do governo Bolsonaro, as farmacêuticas receberam o menor investimento desde 2001: foram aplicados R\$ 87,5 milhões em 2019, ante R\$ 370 milhões em 2018.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Diesel sobe na bomba após isenção de tributo **Impacto:** Neutro

A22 SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Diesel sobe na bomba após isenção de tributo

Setor diz que queda ainda virá, mas reajuste nas refinarias, alta no ICMS e mistura de biodiesel pressionam preços

Nicola Pamplona

RIODE JANEIRO O preço médio do óleo diesel subiu nas bombas nos primeiros dias depois que o governo zerou os impostos federais sobre o combustível em um esforço para agradar aos caminhoneiros. Para o setor, a tendência é que a isenção seja consumida por reajustes nos preços de refinarias.

Segundo levantamento feito para a Folha pela Ticket Log, o preço médio do diesel nos postos oscilou em torno dos R\$ 4,45 nos dias 2 e 3 de março, quase R\$ 0,10 a mais do que no último dia de fevereiro.

A isenção da alíquota passou a valer em 1º de março, retirando R\$ 0,30 por litro do preço do combustível. Caso o repasse tivesse sido imediato, o litro do diesel passaria a valer cerca de R\$ 4 depois que os impostos foram zerados.

"Nesses primeiros dias de março, o preço registrado a cada dia foi superior à média de fevereiro. Na quarta-feira (3), o valor era de R\$ 4,456, 8,63% acima da média de fevereiro, e 2,22% acima do preço registrado no último dia do mês, antes da isenção de PIS e Cofins", diz Douglas Pina, chefe da área de Mercado Urbano da Edenred Brasil, proprietária da marca Ticket Log.

Os postos argumentam que as distribuidoras só começa-

ram a emitir notas fiscais sem os impostos federais na quarta e que os repasses serão sentidos nos próximos dias. Segundo a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes), o desconto, em média, é de R\$ 0,18.

As distribuidoras dizem que começaram os repasses no primeiro dia, mas alegam que parte da isenção já foi consumida por aumentos em outros componentes do custo final. Logo na terça (2), passou a vigorar um reajuste de 5% no preço de refinaria do diesel.

Além disso, a mistura obrigatória de biodiesel, mais caro do que o diesel de petróleo, passou de 12% para 13% na segunda. E o preço de referência para cobrança do ICMS também subiu, refletindo a alta no preço de bomba da quinzena anterior.

A expectativa do setor é que, considerando todos os efeitos altistas, a queda provocada pela isenção de PIS/Cofins fique entre R\$ 0,12 e R\$ 0,23 por litro, dependendo do estado, chegando com mais força às bombas na próxima semana.

Ainda assim, a alta do petróleo e a desvalorização cambial devem levar a novos reajustes nas refinarias em breve, eliminando parcela ainda maior da isenção dada pelo governo federal.

Evolução do preço do diesel em 2021

Preço do diesel, em R\$ por litro



Segundo cálculos da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), a defasagem no preço do diesel chegou a 8%, ou R\$ 0,22 por litro, nesta quinta (4).

O cálculo considera a cotação do produto nos EUA mais os custos de transporte para o Brasil, convertidos de dólar para reais, seguindo o conceito de paridade de importação usado pela Petrobras em sua política comercial.

A estratégia da estatal ante a escalada de preços foi usada por Bolsonaro para justificar

a demissão do presidente da companhia, Roberto Castello Branco, decisão criticada pelo mercado que gerou debandada inédita no conselho de administração da companhia.

Desde o início do ano, foram quatro reajustes no preço do diesel e cinco na gasolina, com altas acumuladas de 33% e 41%, respectivamente. Os últimos reajustes já ocorreram após o anúncio da substituição de Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna.

O governo promete fiscalizar o repasse da isenção tributária

ao preço final do diesel e já determinou que os postos divulguem em cartazes a composição de seus preços de venda. Mas desde 2002 os preços no Brasil são livres e não há como obrigar um estabelecimento a cobrar determinado valor.

A isenção vai durar dois meses, e, para executivos do setor, o governo deve ter problemas ao fim do prazo, já que os preços não devem retrair nesse período. Para compensar as perdas, Bolsonaro elevou impostos sobre o lucro dos bancos e encerrou o regime tributário especial para o setor químico.

Nos dois casos, houve críticas de empresas e entidades ligadas aos setores atingidos. Nesta quinta, o Conselho Federal de Química e 21 conselhos regionais de química divulgaram carta questionando a medida e alertando para o risco de demissões.

"Do dia para a noite a química nacional será sobretaxada em 3,65 pontos percentuais. Aumento de carga tributária em um cenário de crise econômica não é nem de longe a política mais recomendada", diz o texto.

Segundo estimativas da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), a medida põe em risco cerca de 80 mil empregos e em uma produção que vale R\$ 7,5 bilhões.

Álcool avança 36% na usina com atraso na safra e alta da gasolina

Mauro Zafalon

SÃO PAULO O etanol hidratado teve evolução de 36% nos últimos 30 dias nas usinas do centro-sul. O litro do combustível subiu para R\$ 2,989 em Paulínia (SP), base de armazenamento e de distribuição.

Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que serve de base para o Indicador Diário da BM&FBovespa.

Um conjunto de fatores dá sustentação aos preços do álcool nas últimas semanas. Um deles são os recentes reajustes de preços da gasolina, que tomam o etanol mais atraente para o consumidor.

Além disso, este é um período de entressafra e de menor oferta do combustível. Tradicionalmente, os preços sobem. Neste ano, contudo, há novos ingredientes, e as perspectivas para as próximas semanas não são boas.

O veranico do semestre passado prejudicou o desenvolvimento da cana, e parte das indústrias deve retardar a colheita, que deveria começar oficialmente no início de abril.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEXTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2021 **A13**

mercado

Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment

Enquanto PIB cai, dólar dispara com intervenções do presidente e provoca salto nos preços

Fernando Canzian

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está fazendo o Brasil reviver o insólito cenário de forte aceleração da inflação com queda da atividade econômica.

A combinação, conhecida como "estagnação" — quando estagnação econômica, ou recessão, convive com preços em alta —, foi a principal marca dos meses que precederam o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a partir de maio de 2016.

Sob Bolsonaro, apesar de a economia ter encolhido 4,1% no ano passado e caminhar para uma possível estagnação neste primeiro semestre, a inflação deve atingir 7% em meados do ano.

Raramente isso acontece, pois atividade deprimida tende a segurar os preços — a não ser que outros motivos, estruturais ou políticos, detonem o fenômeno.

O principal fator para o cenário de economia fraca hoje é a pandemia da Covid-19, que impede uma retomada mais livre e que tem causado distorções no mercado.

Mas, segundo especialistas, a postura errática do presidente em relação ao equilíbrio das contas públicas, além de suas intervenções, como no episódio Petrobras, tem pressionado o valor do dólar para além do que os fundamentos econômicos justificariam, alimentando exageradamente a inflação.

Nos últimos 12 meses, o dólar subiu quase 30% ante o real, uma das moedas que mais se desvalorizaram no mundo, tornando mais caros os produtos importados ou denominados na moeda americana.

Neste início de 2021, os valores em reais (impactados pelo dólar) de commodities internacionais agrícolas, metálicas e dos combustíveis tiveram alta conjunta inédita — pressionando preços em várias cadeias produtivas, como de alimentos, bens duráveis e construção civil.

O aumento de preços de alguns desses itens, que compõem a taxa oficial de inflação (o IPCA), já é superior ao verificado nos últimos meses do governo Dilma. Em 2015, último ano completo sob o comando da petista, a economia encolheu 3,5%, e os preços subiram 10,6%.

Hoje, um dos poucos setores em que a aceleração da inflação ainda está abaixo do período pré-impeachment é o de serviços, impactado pelo distanciamento social. Mes-

mo assim, há pressões consideráveis nesse item.

Outros preços, como de passagens de ônibus, não reajustados no ano eleitoral de 2020, e dos planos de saúde, congelados no ano passado (mas que devem subir duas vezes neste ano), devem jogar mais lenha na inflação.

Para André Braz, analista do Índice de Preços ao Consumidor da FGV/Ibre, há neste momento uma tendência de maior "espalhamento" da inflação, com os preços no atacado (por conta das commodities) contornando a economia.

Segundo ele, enquanto a inflação em 2020 ficou muito concentrada nos alimentos, à medida que a atividade ganhar mais tração, apesar da Covid, a tendência é que as empresas repassem outros custos a seus preços, sobretudo pela alta do dólar.

"Embalagens que usam alumínio, construções que empregam fios de cobre e geladeiras que consomem aço, tudo isso pode sofrer repasses", exemplifica.

Nesse cenário, e sem investimentos, Braz considera muito difícil o Brasil voltar a crescer, criando um quadro de estagnação com inflação (estagnação) que "pode piorar", na sua opinião.

Se a economia continuar crescendo pouco — tendência que persiste desde 2014, inclusive com PIBs negativos em 2015, 2016 e 2020 —, as empresas que não puderem repassar custos também tenderão a cortar a produção e a demitir, deprimindo mais a atividade.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, apesar de a inflação no setor de serviços ainda estar sob controle, ela está acelerando.

Segundo ele, com a vacinação ganhando força em todo o mundo e a economia global em recuperação, é possível que haja um ciclo duradouro de preços em alta das commodities, cotadas em dólar.

Com a moeda americana cara no Brasil, esses produtos — essenciais para a cadeia produtiva — continuariam pressionando a inflação.

É nesse contexto que a postura do presidente seria prejudicial. "Bolsonaro parece estar cada vez mais copiando a ex-presidente Dilma na economia, o que é muito ruim para as expectativas", diz Vale, destacando a intervenção na Petrobras e os sinais trocados a respeito das contas públicas.

Para Livio Ribeiro, pesquisador da FGV/Ibre, a pandemia causou uma espécie de "tor-

Inflação e "risco Brasil" sob Bolsonaro

Itens da inflação já superaram Dilma em 2016



Preços em reais das commodities disparam



"Risco Brasil" dispara acima dos emergentes



“Bolsonaro parece estar cada vez mais copiando a ex-presidente Dilma na economia, o que é muito ruim para as expectativas

Sérgio Vale
economista-chefe da MB Associados

dos outros itens é temporário ou se tornará permanente.”

O principal problema, a excessiva valorização do dólar, no entanto, pode persistir, pressionando a inflação pela via do aumento dos preços em reais das commodities — sobretudo se elas continuarem se valorizando na esteira de uma recuperação mais firme no exterior.

Pelos cálculos de Ribeiro, "o fogo amigo" provocado por uma espécie de "pântano institucional" no governo Bolsonaro é hoje a principal causa da disparada do dólar — e explicaria a maior parte da desvalorização do real nas últimas semanas.

Nessa linha, outros dados mostram que o "custo Bolsonaro" levou o chamado "risco Brasil" a deslocar-se negativamente do conjunto das demais economias emergentes, com o mercado cobrando prêmios de risco crescentes para se proteger de eventuais perdas em investimentos no país.

Para Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, esse quadro pode ganhar dimensões dramáticas caso o Brasil abandone o chamado teto de gastos (que limita o aumento da despesa pública à inflação dos 12 meses anteriores) ou insira volumes consideráveis de desembolsos "extrateto" no combate à Covid-19.

Isso não apenas aumentaria o "risco Brasil" como pressionaria ainda mais o dólar, com impactos crescentes na inflação.

Exemplo eloquente do tema, na quarta (3), só a declaração do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de compromisso em manter o teto de gastos inverteu tendência de forte valorização do dólar e estancou queda de mais de 3% que se desenhava no pregão da Bovespa.

Se esse compromisso com o teto for mantido, na avaliação de Honorato, a pressão sobre a inflação tenderá a se dissipar no segundo semestre, quando repasses da alta abrupta dos preços das commodities forem absorvidos.

A maioria dos economistas acredita, porém, que o Banco Central pode ver-se obrigado a subir a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 2% ao ano) antes e com mais força do que o previsto no final de 2020. Tudo por causa das atuais pressões inflacionárias, do dólar e do "custo Bolsonaro".

Isso teria impacto negativo não só sobre o crescimento, pois financiamentos ficariam mais caros, mas sobre a correção do valor da dívida pública, hoje a maior em relação ao PIB (quase 90%) entre os emergentes — o que traria mais insegurança, menos investimentos e menor crescimento.

"Infelizmente, a inflação no Brasil não é questão resolvida. A inação do Banco Central pode levar todas as expectativas para cima de forma muito perigosa", diz Vale, da MB Associados.

ção" na inflação, deprimindo os preços dos serviços, com as pessoas mais em casa, e aumentando os de alimentos e produtos domésticos, como de eletroeletrônicos.

"Conforme houver uma normalização, ocorrerá também uma 'destorção', com os preços dos serviços acelerando", afirma. "A pergunta de 1 milhão é o quanto do aumento

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia **Impacto:** Neutro

Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia

Incertezas provocaram revisões bruscas nas projeções, com ajustes após efeitos do auxílio; economia encerrou ano em queda de 4,1%

Júlia Moura e
Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Em 2020, as incertezas econômicas trazidas pela pandemia do novo coronavírus provocaram revisões bruscas nas projeções para o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. No início do ano passado, os economistas consultados pelo Banco Central na pesquisa Focus projetavam crescimento de 2,5% para 2020. As projeções começaram a ser revistas para menos de 2% em março, logo após a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarar oficialmente que o mundo estava vivendo uma pandemia, no dia 11 daquele mês.

As revisões se acentuaram a partir da decretação de restrições de circulação na segunda quinzena de março e terminaram o mês em queda de 0,9%.

Na época, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a dizer que o mundo havia sido atingido por um meteoro, que eliminou qualquer chance de recuperação do crescimento brasileiro. A indústria automotiva brasileira praticamente parou. A produção de veículos voltou aos níveis da década de 1950.

Em maio, os economistas consultados pelo Focus projetavam queda de 4,1%, resultado que acabou sendo confirmado quase um ano depois. As revisões para baixo, no entanto, continuaram.

Naquele mês, o Goldman Sachs projetava contração de 7,4% e a estimativa do IIC era próxima, de 7%, e a do Santander, de 6,4%.

No fim de junho, foi registrada a previsão mais pessimista do Focus (-6,6%). Na época, várias medidas de estímulo já estavam em vigor, mas seus resultados ainda não estavam claros. Além disso, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informou naquele mês que o PIB do primeiro trimestre já havia sido negativo.

Instituições estrangeiras esperavam uma queda ainda maior. O Banco Mundial chegou a prever retração de 8%, a maior em 120 anos (na realidade, foi a maior em 30 anos) e apontava, entre os problemas, uma redução nos preços de commodities produzidas pelo país. Elas, porém, subiram, na esteira da recuperação mundial movida a muitos estímulos econômicos.

A OCDE, organização que reúne as economias mais desenvolvidas, chegou a prever queda de 7,4%. O FMI (Fundo Monetário Internacional), de 9,1%.

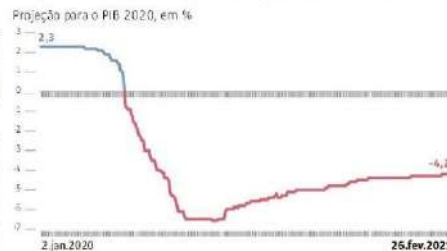
"Se a atividade econômica ficasse naquele nível de março a abril, a queda do PIB teria sido de 10% a 11%", diz Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco.

A virada nas expectativas se daria no começo de julho, quando começaram a ser divulgados dados do mês anterior mostrando os primeiros efeitos da injeção do auxílio emergencial na economia. Além disso, o número de casos da doença diminuiu, e algumas atividades começavam a ser retomadas.

Outros programas de estímulo fiscal e de crédito, em todas as esferas de governo, também mostravam resultados.

Naquele período, outros países também já começavam a retomar suas atividades e a adotar estímulos mais agressivos,

Pesquisa Focus chegou a apontar retração de 6,6% em 2020



Fonte: Pesquisa Focus - Banco Central do Brasil

“Se a atividade econômica ficasse naquele nível de março a abril, a queda do PIB [em 2020] teria sido de 10% a 11%”

Luka Barbosa
economista do
Itaú Unibanco

vos, com destaque para a China, maior parceiro comercial do Brasil, que já se encontrava em plena recuperação após o tombio do início de ano.

Nos dois meses seguintes, as projeções já se aproximavam de queda de 5%. No último trimestre do ano, já estavam abaixo desse patamar. Após a divulgação de que o PIB voltou a crescer no terceiro trimestre, realizada em dezembro, voltaram a melhorar e se aproximaram do resultado divulgado nesta quarta-feira (3).

Na última pesquisa de 2020, os economistas previam retração de 4,4%. Na véspera da divulgação do PIB, em março deste ano, estavam em 4,2%, praticamente o mesmo resultado anunciado.

Dentre os grandes bancos, o Itaú Unibanco foi o único a acertar em cheio a retração que houve no ano passado: 4,1%.

O segredo para o acerto do Itaú está no Ilat (Itaú Daily Activity Tracker), ferramenta que a instituição desenvolveu para acompanhar a atividade econômica diariamente.

"Tínhamos uma intuição de que a economia iria sofrer muito durante dois meses, que foi o que aconteceu em março e abril, e depois ela ia começar a se recuperar, e o Ilat ajudou a confirmar o que agente já achava", diz Barbosa.

O indicador combina dados públicos, como o Índice de Isolamento Social, desenvolvido pela Inloco, e o consumo de energia elétrica, com dados do banco, como o consumo de bens e serviços via cartões de crédito e débito vinculados ao Itaú.

"Vimos que o consumo de energia teve o piso em abril e, em maio, começou a se recuperar", diz o economista.

Em novembro, o banco mudou a projeção de queda de 4,5%, a pior projeção do Itaú para 2020, para 4,1%, o que Barbosa chama de ajuste fino.

"Outros economistas achavam que estávamos loucos, e depois vieram os parabéns."

A instituição não vê sinais de queda na atividade neste ano e projeta crescimento de 2,3% no primeiro trimestre e de 4% no acumulado de 2021, com a Selic 5% ao fim deste ano.

Apesar da alta na taxa básica de juros, hoje a 2% ao ano, Barbosa vê a taxa média ao longo do ano como estimulativa. O principal fator para o crescimento, no entanto, será a vacinação. "É o que vai fazer o setor de serviços voltar".

A projeção do BTG para 2021, por sua vez, é mais comedida: um crescimento de 3,2%.

Em janeiro e fevereiro, porém, o banco esperava alta de 3,5% no PIB.

"A surpresa positiva nos últimos

trimestres de 2020 deixou um forte carregamento estatístico para 2021 (2,6%). No entanto, o agravamento da pandemia no Brasil, associado a fundamentos fracos e plena dinâmica fiscal, nos deixa mais cautelosos quanto ao crescimento em 2021", afirma o banco em relatório.

O banco ficou próximo de acertar o PIB do ano passado, com uma projeção de queda de 4,5%.

SP cresce 0,4% em 2020, puxado por serviços e tecnologia

SÃO PAULO Na contramão da economia brasileira, que registrou a maior contração em 35 anos, o estado de São Paulo encerrou 2020 com crescimento de 0,4%, puxado pelo resultado positivo de 1,8% do setor de serviços e tecnologia.

O desempenho do PIB paulista foi divulgado nesta quinta-feira (4) pelo governador João Doria (PSDB) e é calculado pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

Na quarta-feira (3), o IBGE divulgou que o PIB do Brasil encolheu 4,1% no ano passado, puxado por uma retração recorde de 4,3% nos serviços.

O governador paulista afirmou que a previsão é finalizar 70% da população do estado até o início do quarto trimestre e que isso vai ajudar na recuperação em 2021. Segundo ele, apenas o aparecimento de uma cepa do vírus que não seja controlável pelas vacinas existentes pode frustrar o plano de imunização e a retomada econômica.

Para 2021, o governo paulista projeta crescimento acima de 5%. As projeções de mercado para o PIB brasileiro estão próximas de 3,5%.

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmou que o estado já observou a chamada recuperação em "V" e que a economia paulista está 2,6% acima do patamar pré-crise.

Ele destacou também o bom desempenho dos setores imobiliário, financeiro e de tecnologia da informação no estado, entre os que mais cresceram no ano passado.

"São Paulo em 2019 já cresceu mais que a economia brasileira e entrou forte em 2020, aquecida, com todos os motores funcionando a pleno vapor. Já entra em 2021 preparado para crescer. Evidentemente que é relevante para a economia a vacinação", disse o secretário. "A economia em 2021 vai crescer dependendo do ritmo de vacinação". EC

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: PEC pode por em risco dedução de gastos no IR **Impacto:** Neutro

Continuado de 1

PEC pode pôr em risco dedução de gastos no IR

Governo pode ter que acabar com deduções do IR e incentivo ao MEI

FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA, PAULO CAPPELLI E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Aproposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pelo Senado para liberar os gastos com o auxílio emergencial prevê uma medida que, se for levada à frente, pode reduzir ou até acabar com incentivos tributários, como as deduções com despesas de saúde e educação no Imposto de Renda (IR) e o regime especial para microempreendedores individuais (MEI). De acordo com o texto, que ainda precisa ser analisado pela Câmara dos Depu-



Plenário do Senado. Votação da PEC Emergencial foi concluída ontem na Casa. A proposta foi aprovada em 2º turno por 62 votos a 14 e agora vai para a Câmara

tados, o presidente Jair Bolsonaro precisará propor ao Congresso um plano para reduzir as renúncias fiscais, mas

benefícios como o da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional não podem ser alvo dos cortes — medida ado-

tada para reduzir a resistência política ao projeto. Os incentivos blindados representam mais da metade do total, o que vai obrigar o Executivo a avançar sobre outros programas também sensíveis.

O texto estabelece que Bolsonaro tem que enviar em até seis meses um projeto de lei que indique uma redução gradual de benefícios tributários para que o peso desses incentivos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) diminua para 2% em até oito anos. Hoje, esse percentual é de cerca de 4%. Segundo técnicos, não há na PEC nenhuma sanção caso o presidente não siga a determinação, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ser provocado a agir se a Constituição não for cumprida.

Ao todo, seis incentivos foram blindados. Só em 2021, esses programas custarão aos cofres públicos R\$ 158,3 bi-

lhões, o que equivale a 51,4% do total. Com isso, o projeto para reduzir as renúncias terá que se concentrar na outra metade da lista. Só as deduções de gastos com saúde e educação no IR custarão neste ano R\$ 22 bilhões. Também sem proteção, os benefícios do MEI — que se tornou uma porta de saída para desempregados na crise — têm custo estimado de R\$ 3,1 bilhões. A proposta também esbarraria em uma promessa de campanha de Bolsonaro. O presidente disse que corrigiria a tabela do IR, isentando todos os brasileiros que ganhassem até R\$ 5 mil. Até o momento, não houve revisão.

POLITICAMENTE INVIÁVEL

Para o diretor da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, o plano de redução previsto na PEC é praticamente impossível. Par afazer valer a norma, o Execu-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: PEC pode por em risco dedução de gastos no IR

tivo teria que fazer um corte drástico ou acabar totalmente com os incentivos que sobraram, o que seria apoliticamente inviável:

— O papel aceita tudo. Só não está havendo gritaria porque o governo não disse onde vai cortar. Quando isso acontecer, apressão dos setores beneficiados será enorme.

O pesquisador associado do Inspere Marcos Mendes alerta que a discussão deveria ocorrer em uma reforma do sistema de impostos, já que programas como o Simples e a Zona Franca de Manaus representam renúncias enraizadas no sistema tributário nacional e que, por mais distorções que apresentem, não podem ser apenas extintos:

— Esse conjunto, que é a maior parte dos benefícios tributários, não tem co-

mo resolver isoladamente.

Já Cristiano Noronha, cientista político da Arko Advice, afirma que o Senado passou um recado de que está disposto a debater o restante dos benefícios, ao blindar alguns programas e outros não:

— Pelo menos 62 senadores estão dispostos a discutir todas as outras isenções. Se não, eles teriam colocado essas outras isenções na PEC. O Congresso está delimitando o espaço do "aqui não vamos mexer, mas o resto estamos dispostos" e isso passa a ser uma discussão em paralelo, no âmbito da reforma tributária, que nós vamos ter que enfrentar.

A votação da chamada PEC Emergencial no Senado foi concluída ontem. A proposta foi aprovada em segundo turno por 62 votos a 14. O presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que pretende concluir a análise do texto ainda semana que vem. A aprovação nesse prazo é importante para garantir o cronograma estabelecido pelo governo de começar a pagar o auxílio emergencial a beneficiários do Bolsa Família no dia 18 de março.

Ao lado do relator da proposta, Márcio Bittar (MDB-AC), o ministro da Economia, Paulo Guedes, agradeceu a aprovação da proposta:

— O Congresso votou massivamente a nosso favor. Eu quero agradecer muito ao Congresso por esses 62 votos. Quero agradecer a condução do presidente Pacheco e, por antecipação, ao presidente da Câmara, Arthur Lira, que, num determinado momento, com muita serenidade e lucidez disse "vamos manter o teto". Nós precisamos de saúde, emprego e renda.

A PEC permite que as despesas com o auxílio não fiquem sujeitas a regras fiscais, desde que o valor total gasto com o programa não ultrapasse R\$ 44 bilhões. Ao mesmo tempo, cria regras para controle de contas públicas. Permaneceram no texto gatilhos que impedem elevação de gastos, como aumentos de salários e concursos públicos, quando as despesas de estados e municípios ultrapassarem 95% das receitas. No caso da União, o acionamento das medidas ocorre quando os gastos obrigatórios superarem 95% do total das despesas.



Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 1/2
Título: PEC leva otimismo ao mercado, e Bolsa sobe 1,35% **Impacto:** Neutro

PEC leva otimismo ao mercado, e Bolsa sobe 1,35%

Dólar recua 0,10%, a R\$ 5,66. Analistas consideram positiva a definição de um limite para os gastos com o auxílio emergencial, mas avaliam que a proposta representa um 'avanço tímido' do ponto de vista fiscal

JOÃO SCRIMA NETO joao.scrima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

O mercado financeiro reagiu ontem positivamente à aprovação, no Senado, da proposta de emenda à Constituição



Gás com a PEC. A alta do Ibovespa só não foi maior porque as Bolsas americanas recuaram com fala de Powell

(PEC) Emergencial, que retoma o pagamento do auxílio emergencial. O texto agora segue para a Câmara dos

Deputados, cujo presidente, Arthur Lira (PP-AL), prevê que a votação ocorra na próxima semana.

O Ibovespa chegou a subir mais de 2%, mas perdeu fôlego na reta final, seguindo as Bolsas americanas, que encerraram em queda. O índice fechou com alta de 1,35%, aos 112.690 pontos.

O dólar comercial abriu em queda, mas chegou a subir depois das declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell. Ele afirmou que os EUA estão longe da recuperação. A divisa, no entanto, acabou fechando em queda de 0,10%, a R\$ 5,66, após a entrada de um volume significativo de dólares no fim do dia.

O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, avalia que o texto da PEC, no fim, foi positivo, em-

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 05/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 2/2
Título: PEC leva otimismo ao mercado, e Bolsa sobe 1,35%

bora já estivesse desidratado. Para ele, a aprovação ajuda a acalmar o mercado no curto prazo, mas não resolve a situação da estrutura de gastos.

'CONCEPÇÃO ERRADA'

O auxílio será financiado com créditos extraordinários e fica fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior), da regra de ouro (que proíbe o endividamento para pagar despesas correntes) e da meta de resultado primário. O texto limitou o gasto total a R\$ 44 bilhões.

O texto aprovado diminuiu o tempo de congelamento dos gastos (de dois anos para somente enquanto o estado de calamidade estiver vigente) e desobrigou estados e municípios de acionarem os gatilhos de contenção quando despesas superarem 95% da arrecadação.

—Acionar os gatilhos 95% do gasto (caso da União) é uma adequação necessária à regra do teto, mas não se discutiu a estrutura interna dos gastos, que teria que ser feita com as outras reformas, como a administrativa —disse Vale.

Outro ponto positivo, ressaltou, foi ter-se colocado um teto para o auxílio, o que era uma preocupação do mercado, além da diferenciação de renda conforme o tamanho da família.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, observa que a aprovação do auxílio emergencial não deveria estar atrelada a medidas compensatórias no futuro. Para ele, em situações de emergência como a pandemia, os governos podem gastar para combater seus efeitos:

— A compensação do aumento da dívi-

da se dá ao longo do tempo, com o crescimento da economia. O objetivo do ministro Paulo Guedes com a PEC foi agradar o mercado financeiro. A concepção da PEC está errada.

Para ele, se o governo conseguir implementar a PEC, ela pode trazer ganhos fiscais, mas a expectativa é que eles só apareçam a partir de 2025.

“Do ponto de vista fiscal, o texto é um avanço, mas muito tímido. Mas deve renovar os ânimos dos investidores”, escreveram os analistas da Levante Ideias de Investimento em relatório a clientes.

Rodrigo Friedrich, chefe de renda variável da Renova Invest, observou que a dívida do governo vai continuar crescendo, já que não há previsão de corte de despesas na PEC.

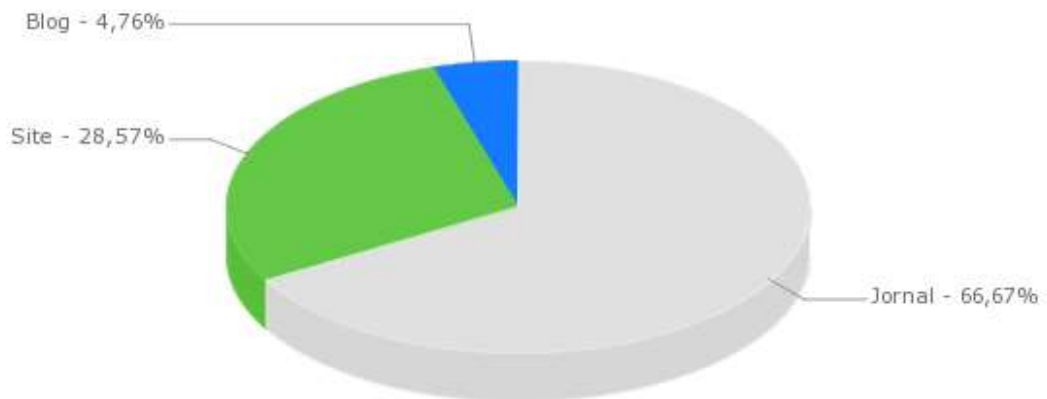
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pg s.	Centim./Minut.	Valor Editori al
04/03/21	Senac RN	Site		RN	Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras	Positivo	Matéria		A			
04/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Senac lança formação profissional em TI e aplicações financeiras	Positivo	Matéria		B			
04/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Senac confirma mudança das aulas presenciais para o ambiente virtual em todas as unidades	Positivo	Matéria		B			
04/03/21	Potiguar Notícias	Site		RN	Prefeito de Macaíba se reúne com presidente da Fiern para debater o município	Positivo	Matéria		B			
04/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Consumidor pode cancelar cursos e academias por causa do Coronavírus	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	O "Documento do Turismo"	Positivo	Matéria		A			
05/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Em 2020, atividade econômica recua 2,1% no Nordeste, diz Branco Central	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	PEC emergencial aprovada pelo Senado protege recursos para	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca	Pg	Centim./Minut.	Valor Editori
					Forças Armadas							
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	Nova temporada de ofertas na B3 será aberta por Dasa	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	Guedes vê perda estrutural em PEC do auxílio	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	Para economistas, ajuste fiscal vira promessa em PEC	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	Com restrições, lojistas de shopping fala em demissões e tenta renegociar aluguel	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Estadão	Jornal		DF	Caoa amplia produção e anuncia 2º turno	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brasileiros tiram R\$ 5,8 bi da poupança em fevereiro, diz BC	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Senado conclui votação de PEC que destrava auxílio	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Fabricante de hidroxiquina, Apsen recebeu R\$ 20 mi do BNDES	Neutro	Matéria		A			

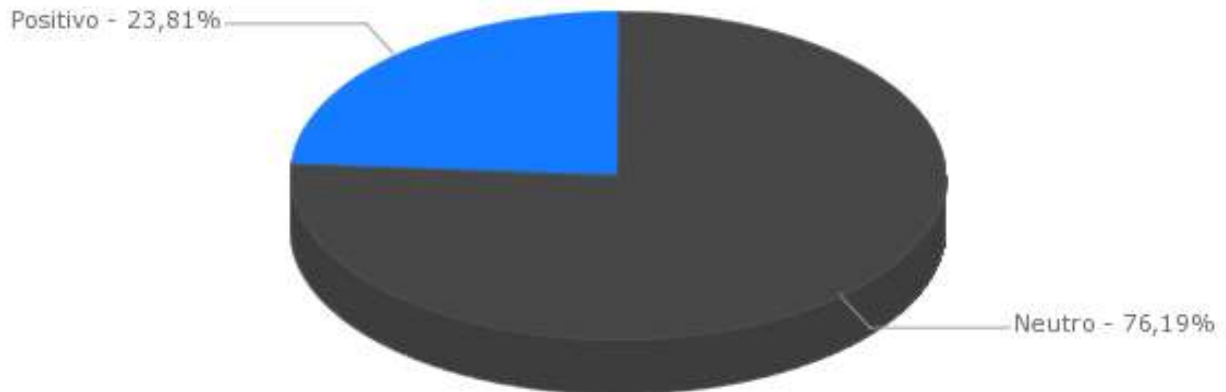
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pg s.	Centim./Min ut.	Valor Editori al
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Diesel sobe na bomba após isenção de tributo	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Com estagnação e inflação, Bolsonaro segue rota de Dilma pré-impeachment	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Previsão para PIB variou de +2,5% a -6,6% ao longo do 1º ano da pandemia	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	PEC pode por em risco dedução de gastos no IR	Neutro	Matéria		A			
05/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	PEC leva otimismo ao mercado, e Bolsa sobe 1,35%	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 21												

Clippings por Tipo de Mídia



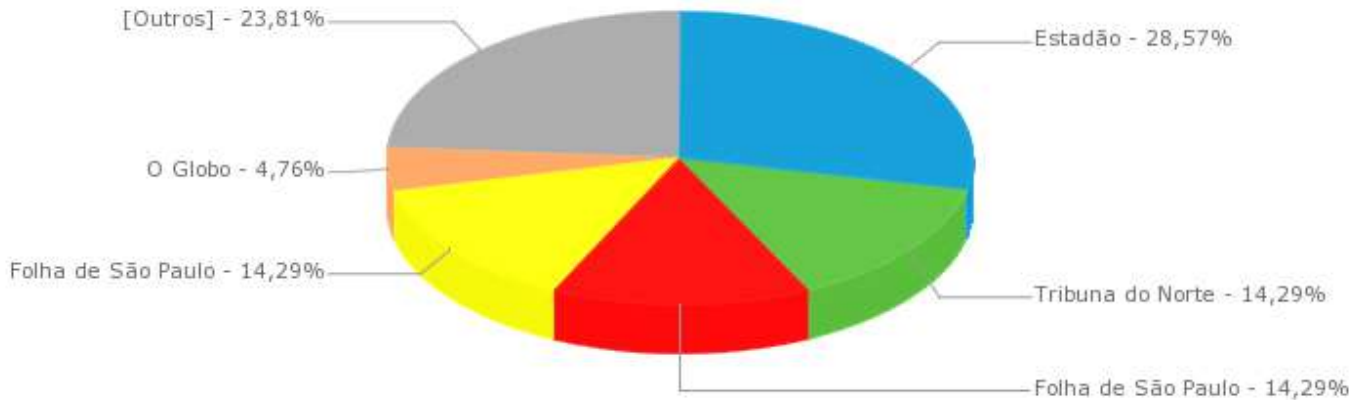
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	14	66,67 %
Site	6	28,57 %
Blog	1	4,76 %
		Total: 21

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	16	76,19 %
Positivo	5	23,81 %
		Total: 21

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	6	28,57 %
Tribuna do Norte	Site	3	14,29 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	14,29 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	14,29 %
O Globo	Jornal	1	4,76 %
Blog da Juliska	Blog	1	4,76 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,76 %
Senac RN	Site	1	4,76 %
Potiguar Notícias	Site	1	4,76 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,76 %
			Total: 21